



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ADÍLIO CARVALHO GONÇALVES**

**SER LGBTQIA+ NO AMBIENTE ESCOLAR:  
A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES EM ESCOLAS PÚBLICAS DO CARIRI  
OCIDENTAL PARAIBANO**

**SUMÉ - PB  
2021**

**ADÍLIO CARVALHO GONÇALVES**

**SER LGBTQIA+ NO AMBIENTE ESCOLAR:  
A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES EM ESCOLAS PÚBLICAS DO CARIRI  
OCIDENTAL PARAIBANO**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.**

**Orientadora: Professora Dra. Maria Helena Costa Carvalho de Araújo.**

**SUMÉ - PB  
2021**



G635s    Gonçalves, Adílio Carvalho.  
          Ser LGBTQIA+ no ambiente escolar : a experiência  
          de escolas públicas do Cariri Ocidental Paraibano.  
          / Adílio Carvalho Gonçalves. - 2021.

65 f.

Orientadora: Professora Dra. Maria Helena Costa  
Carvalho de Araújo.

Monografia - Universidade Federal de Campina  
Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do  
Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Escola e sexualidade. 2. Sexualidade no  
ambiente escolar. 3. LGBTQIA+ no ambiente escolar.  
4. Gênero. 5. Preconceito. 6. Discriminação sexual.  
7. Identidade de gênero - discriminação. 8. Estudantes  
LGBTQIA+. 9. Ensino de Sociologia. 10. Escolas do  
Cariri Ocidental Paraibano. I. Araújo, Maria Helena  
Costa Carvalho de. II Título.

CDU: 37.015.4(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**ADÍLIO CARVALHO GONÇALVES**

**SER LGBTQIA+ NO AMBIENTE ESCOLAR:  
A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES EM ESCOLAS PÚBLICAS DO CARIRI  
OCIDENTAL PARAIBANO**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professora Dra. Maria Helena Costa Carvalho de Araújo.  
Orientadora - UACIS/CDSA/UFCG**

---

**Professor Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.  
Examinador I - UACIS/CDSA/UFCG**

---

**Professor Me. Silas Veloso de Paula Silva.  
Examinador II**

**Trabalho aprovado em: 11 de novembro de 2021.**

**SUMÉ - PB**

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer antes de mais nada a Deus, força maior para finalização desse curso e realização desse trabalho de pesquisa, só Ele sabe das minhas lutas e dificuldades para chegar até aqui, e quantas noites fui cansado para sala de aula, muitas vezes direto do trabalho. Mas, Ele sempre me proporcionou um motivo novo a cada dia para que eu não desistisse. Muito obrigado Deus!

Aos meus colegas de curso fica aqui a minha gratidão, pelo companheirismo, carinho e cumplicidade em tantos momentos felizes e nas dificuldades, a vocês só tenho a agradecer, alguns sei que irão se distanciar, outros transformaram-se em irmãos.

A minha família, razão maior de está concluindo esse ciclo, não tenho palavras que possam externar o quanto sou grato, em especial a minha mãe, professora Gracinha Carvalho, e a meu pai, Raminho vaqueiro, pessoas fundamentais na minha formação como ser humano e nessa formação acadêmica, minha melhor forma de agradecer é poder dizer, que agora vocês têm o primeiro filho formado, obrigado por todo amor dedicado.

A meu companheiro de todas as horas Orlando Herculano, que muitas vezes assumiu nossos compromissos sozinho, para que eu pudesse estudar sem preocupações, e escrever esse trabalho da forma mais tranquila possível, obrigado por se fazer presente nesse momento tão especial.

Aos amigos fica aqui meu abraço fraterno, por entenderem algumas renúncias e ausências em nossos encontros muitas vezes tão frequentes, sem causar dano algum em nossa amizade, obrigado pelo respeito.

Agradeço a todos os professores que passaram por minha trajetória estudantil, seja no ensino fundamental, médio ou superior, cada um de vocês contribuiu de forma direta para que eu chegasse até aqui, e continue trilhando os tortuosos e doces caminhos da vida acadêmica.

Quero agradecer de uma forma especial a querida Professora e Orientadora Lena Carvalho, essa pessoa especial que tive a honra de conhecer nessa trajetória, e que mostrou-me diversas vezes, que eu sou capaz de chegar onde eu quiser. Obrigado pelos puxões de orelha, pelas correções desaforadas que tanto eu amo, e me divirto com elas. Nossa parceria não acaba por aqui, quero compartilhar com a senhora, Artigos, Mestrado, Doutorado e tudo que o tempo possa nos permitir, a senhora foi um achado na minha graduação, obrigado pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos.

Por fim agradeço a todos que torceram pela realização dessa conquista.

## RESUMO

Em todo Brasil, os sujeitos LGBTQIA+ sofrem com o preconceito, e a homofobia em todos os campos da sociedade. Esse preconceito e discriminação reduz de forma considerável o acesso desses sujeitos a serviços e direitos ofertados e assegurados pelo Estado. Para esses sujeitos, que sofrem esse tipo de violência, a escola e o sistema educacional deveria funcionar como uma ferramenta de proteção e combate a todo tipo de intolerância e principalmente contra a população LGBTQIA+, que por décadas são invisibilizadas por uma cultura binária e cisheteronormativa, mas, não é isso que acontece, o mesmo preconceito e discriminação existente no campo social é reproduzido e reafirmado dentro das escolas do nosso país. Esse trabalho tem como um de seus objetivos analisar os impactos que essa discriminação estrutural, reproduzida pelas instituições de ensino causam no percurso escolar desses sujeitos, em especial os que frequentam as escolas públicas do Cariri Ocidental da Paraíba. Como esses sujeitos convivem com a lgbtfobia, e outras formas de violação de direitos e violências encontradas nas escolas. Também se fez necessário entender quais instrumentos e projetos essas instituições usam para proteger esses sujeitos, e ofertar uma educação de qualidade, assegurando de forma efetiva sua presença dentro da escola e sua permanência em todo processo de escolarização. Foi também observado como os/as professores/as e demais integrantes do corpo escolar convivem com as questões de sexualidade e gênero.

**Palavras-chave:** discriminação; direito; escola; educação; gênero; preconceito; sexualidade.

## **ABSTRACT**

All over Brazil, the LGBTQIA + category responds with prejudice, and widespread discrimination in all fields of society. This prejudice and discrimination considerably reduces access to services and rights offered and guaranteed by the State. Of intolerance and especially against the LGBTQIA + category, which for decades are made invisible by a binary and heteronormative cis culture, but, this is not what happens, the same prejudice and discrimination existing in the social field is reproduced and reaffirmed within the schools of our country . This work has as one of its objectives the analysis of the components that this structural discrimination, reproduced by educational institutions, cause no subject schooling, especially those who attend public schools in the Western Cariri of Paraíba. How these subjects live with homophobia, and other forms of violation of rights and violence found in schools. It was also necessary to understand which instruments and projects these institutions use to protect these subjects, and to offer quality education, effectively ensuring their pressure within the school and their permanence in the entire educational process. It was also observed how teachers and other members of the school staff live with issues of sexuality and gender.

**Keywords:** discrimination; law; school; education; gender; prejudice; sexuality.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>21</b>
4.1	TENSÕES RELATIVAS AO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO POR IDENTIDADE DE GÊNERO OU SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO.....	24
4.2	DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES SOBRE O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO.....	37
4.3	A EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES LGBTQIA+ EM ESCOLAS DO CARIRI PARAIBANO.....	39
4.3.1	Ser LGBTQIA+ no Cariri Ocidental da Paraíba.....	40
4.3.2	Memórias e vivências nas escolas do Cariri Ocidental.....	42
4.3.3	Violência física e simbólica contra pessoas LGBTQIA+ no espaço escolar....	45
4.3.4	Violência física e simbólica contra pessoas LGBTQIA+ no espaço escolar....	50
4.3.5	O ensino de sociologia e o convívio com a diversidade de identidade de gênero e sexualidade.....	52
<b>5</b>	<b>O QUE DIZEM OS LIVROS DIDÁTICOS.....</b>	<b>54</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Artigo 6º da Constituição Federal assegura a educação como direito social, chamando atenção para a responsabilidade do Estado: No Art.205 esse direito é colocado de forma mais clara e absoluta, chamando a atenção a responsabilidade do Estado para sua promoção e qualificação do cidadão.

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1988)

Entretanto, no Brasil a população que se encontra em maior vulnerabilidade social, depara-se com barreiras que a impedem de acessar seus direitos como cidadãos de forma efetiva, principalmente o direito à educação. É o caso das classes desfavorecidas e dos grupos minoritários, como por exemplo os sujeitos LGBTQIA+. Embora venha se modificando durante o tempo para se adequar em uma luta da causa, as letras da sigla, tem o seguinte significado. L,lésbicas, G, gays, B bissexuais, T, trans, Q, queer, I, interssexuais, A assexuais, o símbolo de soma no final é uma tentativa de incluir demais variações de orientações e identidades que não são representadas nas primeiras letras.

Os padrões Sociais tendem a desenvolver comportamentos similar a todos os sujeitos, como por exemplo: o que consumir, como se vestir, como comportar-se em certas situações, enfim, elas impõem um padrão de vida para seus membros, além de regular um comportamento social considerado como aceitável, hostilizando e violentando grupos minoritários (às vezes fisicamente, outras vezes simbolicamente). Esse é o caso das pessoas gays, lésbicas e tantas outras que se enquadram na sigla LGBTQIA+.

Segundo Michel Foucault- (apud CARVALHO, 2019). Essa padronização se dá pela subordinação através da disciplina, que, ao invés de formar seres pensantes e autônomos, molda-os conforme a sociedade espera que sejam. É comum ver sinais da imposição de poder porque tal imposição tem ligação direta com a manipulação e o treinamento e visa à docilização do corpo para exercer domínio e controle sobre ele.

As pessoas que não se enquadram nesses padrões, ou se colocam contrárias à docilização de seus corpos, são colocadas à margem do processo de formação educacional, são tratadas como transgressoras do sistema, tornando-se seres invisíveis socialmente falando. Entres essas minorias destaca-se a comunidade LGBTQIA+ e os que não se enquadram no padrão da

heteronormatividade e seu sistema binário, pelo qual o destino das pessoas é traçado pela Genitália, ou seja, por uma visão biologizante de corpo e identidades.

Para que se compreenda o problema do determinismo biológico, é preciso diferenciar sexo, gênero, orientação sexual e expressão de gênero. Conforme esclarece Lanz (2017), sexo é um conjunto de características biológicas herdadas através dos cromossomos X e Y, que carrega as informações genéticas de cada indivíduo, caracterizando-os como macho ou fêmeas. Já o gênero, um conjunto de papéis sociais que é imposto ao sujeito devido sua característica biológica de ter nascido macho ou fêmea; a partir disso Lanz afirma que o gênero é uma construção social formulada a partir de códigos de conduta socialmente impostos e baseado no sexo biológico.

No caso da expressão de gênero, a autora explica que é a manifestação da identidade de gênero assumida pelo sujeito, é uma série de condutas e atitudes que se traduzem no vestiário, maquiagem, comportamento, modo de falar, andar, etc.

Sobre orientação sexual Lanz (2007) explica como desejo ou atração que leva indivíduo a escolher seu parceiro na hora de se relacionar sexualmente, e enfatiza que embora existam tantas outras formas de orientação sexual, a sociedade reconhece apenas dois tipos como oficiais: heterossexuais (indivíduos que sentem atração por pessoas do sexo oposto) e homossexuais (indivíduos que sentem atração por pessoas do mesmo sexo).

Esses grupos que não se enquadram nos padrões construídos como socialmente aceitáveis, são discriminados frequentemente e diariamente nos locais onde buscam formação escolar e acadêmica, por exemplo, situações vexatórias e violentas em todos os sentidos, chegando a questionar seu lugar no meio social.

Esse trabalho tem como objetivos reconstruir a trajetória de indivíduos LGBTQIA+ na escola básica em municípios do Cariri Ocidental paraibano, tendo em vista a análise dos impactos que a acolhida e/ou a lgbtfobia podem ter gerado sobre sua relação com a educação e suas perspectivas de futuro. Descrever a trajetória de pessoas LGBTQIA+ no percurso escolar básico em municípios do Cariri paraibano. Analisar a presença ou ausência de abordagens sobre temáticas relativas a convívio com as diferenças, identidade de gênero e sexualidade em escolas públicas do Cariri paraibano à luz da legislação referente à educação para a diversidade e os direitos humanos. Identificar os tipos de violência presentes no cotidiano de estudantes LGBTQIA+ em escolas públicas do Cariri Ocidental da Paraíba e as possíveis estratégias individuais e institucionais para lidar com o preconceito e discriminação dentro dessas escolas.

E por último, caracterizar as consequências do acolhimento e/ou do preconceito no ambiente escolar sobre escolarização de estudantes LGBTQIA+.

Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação no ano de 2006, com 501 unidades educacionais do país, aponta que 87,3% dos alunos de escolas públicas que se dizem da categoria LGBT já sofreram preconceito por sua orientação sexual. Entre eles, 98,5% afirmaram que mantinham distância de colegas por terem orientação sexual diferente (BRASIL, 2006). Embora essa pesquisa tenha sido realizada há mais de dez anos, essa situação ainda é comum em quase todas as escolas e instituições públicas de ensino do Brasil.

No ano de 2016 a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) realizou uma pesquisa Nacional sobre o ambiente escolar, em que coletou os seguintes dados: ¼ da comunidade LGBT já sofreu agressões físicas no ambiente escolar, e 70% desse público já foi agredido verbalmente nesses mesmos ambientes. Em muitos casos o agressor é tratado como vítima, a instituição de ensino exige um enquadramento social desse público (ABGLT, 2016).

Todo esse contexto social está presente nas instituições sociais e as escolas não são exceção. O não enquadramento na heterossexualidade e o não encaixamento no sistema binário e heteronormativo desperta atenção, curiosidade e muitas vezes incômodo entre aqueles que se enquadram nos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade. Quando o convívio respeitoso com a diferença não é estimulado, essa situação vai se potencializando e leva a naturalização da homofobia. Essas instituições oferecem a seus usuários uma educação com padrões heteronormativos, brancos e cristãos e quem não se identifica, quem não se encaixa nesse padrão está convidado de forma sutil a não fazer parte dela. As escolas educam para que as pessoas sigam uma padronização pré-estabelecida socialmente e jamais serem o que realmente são, porque muitas vezes ser o que se é, defender seus conceitos, ideias e assumir uma forma de vida diferente do socialmente aceitável é romper com todo um sistema de relação de poder sobre seus corpos.

O espaço educacional e escolar, que deveria proteger, encorajar e munir seus alunos de informações, torna-se um espaço de repressão e violência para o público LGBTQIA+. Dentro desses espaços educacionais essas pessoas sofrem um alto índice de violação de direitos, violência física e simbólica, a escola e as instituições passam a ser reprodutoras dessas agressões que acontecem fora de seus muros.

Quando alguma instituição seja ela qual for, estigmatiza, invisibiliza, marginaliza ou nega o direito de alguém ou de algum grupo, está promovendo de forma direta e violenta de exclusão social, impedindo que aquele alguém ou aquelas pessoas trilhem seus caminhos e gozem de seus direitos de forma igualitária, paritária e efetiva.

Essa mortificação do social apresenta-se de forma ainda mais áspera nas cidades de pequeno e médio porte no interior do Brasil, que carregam ainda de forma bastante conservadora uma cultura estruturalmente patriarcal, machista e conseqüentemente cisheteronormativa, não havendo lugar para quem fuja desses padrões culturais impostos.

Dentro desse contexto as cidades de menor porte, principalmente as interioranas, não oferecem grandes oportunidades para a categoria LGBTQIA+, em parte, esses agentes sociais que decidem viver sua sexualidade ou sua expressão de gênero de forma livre, tendem a encontrar um mercado de trabalho restrito, encontrando a estratificação socioeconômica como mais uma barreira a ser vencida em sua caminhada.

Diante de um mercado de trabalho heteronormativo e binário, as profissões ou postos de trabalho já são pré-estabelecido para esses agentes sociais conforme sua expressão de gênero ou orientação sexual, se for mulher Trans, ou homem Cis gay, lhe cabe trabalhar em salão de beleza como cabelereiro, maquiador, manicure ou atividades afins, que sejam considerados pela maioria da sociedade como trabalho do sexo feminino. Caso seja Homem Trans ou mulher Lésbica Cis, já este reservado no resumido mercado de trabalho ser frentista de posto de gasolina, moto taxista ou até mesmo motorista de algum órgão privado ou público.

A trajetória dessa categoria (LGBTQIA+) pode ser afetada ainda por outros fatores interseccionais como raça, classe social, cor da pele, formação escolar, e cidade onde moram. As cidades de grande porte apresentam a esse público maior informação, oportunidades de estudo e trabalho, coisas que nas cidades de pequeno e médio porte apresentam-se de forma bem limitada devido à menor diversidade econômica e à limitação do estabelecimento de relações impessoais, nas quais a vida íntima dos sujeitos é ignorada.

Nas cidades do interior o preconceito, o machismo, intolerância, conservadorismo, resistência ao novo e ao diferente, levam à estigmatização ou invisibilização dessas pessoas, e colocam às margens de todo processo de formação educacional.

Segundo Simel, “A esfera vital, da pequena cidade é, no fundo fechada, fechada em si, e consigo mesma” (2009, p.14). As cidades de pequeno e médio porte apresentam uma cultura fechada

para a questão do gênero e da sexualidade, mantendo um pensamento estrutural machista e binário, isolado dos sujeitos da categoria LGBTQIA+.

Além de serem vítimas dessa mortificação social nessas cidades, essas pessoas são estigmatizadas e têm sua dignidade e direitos negados. Isso pode gerar um efeito de predestinação ao fracasso escolar, sentimental, familiar e profissional. Muitas vezes são obrigadas a deixar sua cidade natal e buscar novos rumos, novas oportunidades e novos convívios sociais em grandes centros urbanos.

As escolas e instituições de ensino, precisam se humanizar, e buscar formação e informação para seus colaboradores e alunos, para que a comunidade LGBTQIA+ sinta-se pertencente e possa exercer seu direito de frequentar de forma plena e igualitária as escolas e instituições de ensino como prega a constituição federal no seu Art. 205.

Segundo a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional de 2016, 67% dos jovens que sofreram violência por identidade, expressão de gênero ou orientação sexual frequentemente dentro das instituições, não terminaram o ensino médio, seja ele na modalidade comum, ou em outra (EJA, Escola Técnica).

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual, bissexual ou trans. Com a suposição que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo-inato a todos-deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora formas não heterossexuais de sexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, dessa forma, oferece muito poucas oportunidades para que os adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação a sexualidade, como o lugar do desconhecido e da ignorância. (LOURO, O corpo educado, 4º ed. 2021, p.37)

Para sujeitos LGBTQIA+ a escola deveria ser um local de autoafirmação e liberdade de pensamento e atitudes, sem estigmatizar e nem rotular quem quer que seja, fazendo valer os princípios da promoção de uma educação igualitária que seja pautada na ideia de liberdade. Entretanto, nem sempre ela é capaz de lidar com diferenças, principalmente quando ligadas a sexualidade ou a questões de gênero. Muitas vezes os ambientes educacionais impõem condições opressoras para os que não se enquadram nos padrões hegemônicos da heteronormatividade, fazendo que o sentimento de pertencimento das minorias aqui já citadas, diminua cada vez mais, e que esses grupos se invisibilizem a cada instante, e coloquem-se de forma subalterna em uma cultura socialmente pré-estabelecida.

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços recolhidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras. (LOURO, 4.ed, 2021.p.38.)

Em dias atuais as escolas ainda se comportam com um campo onde uma aparente neutralidade sobre as questões de sexualidade e gênero persistem, todavia estudos e observações apontam que essa é uma postura ou visão enganosa que esses ambientes educacionais nos apresentam, dentro de seus domínios é pregada e vivenciada uma cultura excludente, que legitima apenas o binário e o heteronormativo, contestando ou subjugando aqueles que quebrem tais padrões e transcendam essa visão, e em sua maioria, dispensa qualquer outro tipo de comportamento que se coloque de forma que quebrem esses padrões, transcendendo essa visão limitada que o binarismo nos coloca.

Para alguns membros da comunidade LGBTQIA+, os anos de permanência na escola são os mais tortuosos de suas vidas, tendo que conviver diariamente com a homofobia institucionalizada nas escolas, sofrendo todo o tipo de preconceitos, vivenciando a legitimação dessa violência através de seu silêncio, sua falta de políticas educacionais e programas pedagógicos constante e eficazes que atendessem e suas subjetividades e lhe assegurassem direitos.

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se grande resistência em demonstrar simpatia para com os sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. (LOURO, O corpo educado, 4º ed. 2021, p.35)

Para que a escola caminhe em direção à utopia igualitária de direitos, opiniões e liberdade de pensamentos e expressões que ela prega, é necessário rever alguns conceitos e idéias, interiorizadas não só em sua estrutura como instituição que promove e aglutina saberes nos indivíduos, mas no dia-dia e nas vivência de cada colaborador, que convive e conduz a educação escolar das categorias minoritárias que ocupam esses espaços, buscando sempre adequar seus serviços e ações em prol de um melhor acolhimento às categorias minoritárias que se encontram em suas dependências.

É preciso fazer da escola e instituições educacionais como espaços protegidos de qualquer fundamentalismo, e de ampla socialização e de expansão das interações sociais, promovendo a multiculturalidade e a ampliação do leque de conhecimento e referências sociais

É preciso deixar claro que esse trabalho não tem como foco se preocupar com o que leva um indivíduo sentir-se pertencente a categoria LGBTQIA+, ou o que leva esse agentes sociais

exercerem um comportamento/cultura homossexual ou heterossexual dentro das instituições educacionais, e durante seu percurso escolar, mas se uma determinada categoria é privilegiada ou marginalizada dentro dessas instituições, e como isso acontece, entender as experiências e identificar as consequências do sentimento de não pertencimento.

Os resultados desta pesquisa, servirá como material de apoio e estudo para as organizações, movimentos sociais, gestores públicos e escolares, docentes, enfim, pessoas em geral que se interessam pelos estudos dirigidos à comunidade LGBTQIA+, e diante dos resultados apresentados possamos buscar subsídios eficazes a fim de sanar ou minimizar perdas e prejuízos causados a esse grupo no ambiente escolar.

A pesquisa também se coloca como auxílio na avaliação e implantação de políticas públicas educacionais voltadas ao grupo LGBTQIA+, fortalecendo e assegurando a ocupação de espaços e a efetivação de direitos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em suas pesquisas e estudos sobre o sistema educacional e as escolas da França, Bourdieu (1985), abordando o tema da exclusão e o impacto das desigualdades de classe social dentro dos espaços educacionais.

Bourdieu e seus colegas de estudo e escrita a exemplo de Passeron (1985), observam como os espaços escolares detêm e exercem um papel de reprodução dos preconceitos e exclusões existentes fora dos muros escolares, e que são alheios ao sistema educacional. O local referenciado como promotor, detentor da igualdade e direitos entre os sujeitos, se mostra cada vez mais disposto em enquadrar os grupos minoritários às condições sociais de comportamento do grupo majoritário, obrigando as minorias a se encaixarem em costumes, crenças, opiniões, comportamentos e modo de vida que não pertencem a eles, mas a uma classe que se apresenta como sendo superior socialmente a esse público minoritário.

Os sujeitos de categorias minoritárias, são obrigados a conviver com situações de desvantagens diante dos sujeitos que detêm uma cultura dominante, essa disparidade se revela em várias nuances, principalmente quando nos referimos ao capital cultural.

Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 28).

Em seu artigo “A Escola Conservadora”, Bourdieu (1988) aponta a relação direta do capital cultural e o êxito escolar e social dos sujeitos que herdaram esse tipo de capital.

Bourdieu e Passeron(1985), foram revelando e estreitando as relações da escola com a dominação e a desigualdade social, e mostrando que essas ações eram reproduzidas dentro delas, uma classe se colocando como superiora a outra e detentora de uma cultura única e absoluta ratificada pela escola, tornando assim as instituições de ensino uma espécie de mecanismo que seleciona os indivíduos no meio social, marginalizando e excluindo violentamente as classes menos favorecidas.

Apesar de pautada na ideia de igualdade, o sistema escolar francês valoriza as classes que apresentam um capital financeiro e cultural superiores, tornando a escola indiferente a todas as diferenças explicitadas em seus bancos escolares, colocando exigências comportamentais e

culturais, de forma igualitária para o sucesso no êxito escolar dos alunos, desconsiderando as diferentes oportunidades de vida e subjetividades de cada um deles, reforçando ainda mais seu caráter selecionador e excludente apoiando-se em uma cultura dominante.

A escola não é conservadora por natureza, por essência, reconhecem os autores. Ela somente o será quando contribui para legitimar uma cultura particular, e apresenta a cultura das classes dominantes como a única válida. Ora, a cultura não é um conjunto de transmissões transcendentais, mas um conjunto de atitudes, de modos de ver, pensar e sentir. Isso significa que não há uma cultura, mas culturas, próprias dos diferentes grupos sociais. Nas sociedades desiguais, o grupo dominante tende a fazer reconhecer sua cultura como a única cultura legítima, ocultando os mecanismos de imposição de seu “arbitrário cultural”, ou mais propriamente “dissimulando as relações de força que estão na base de sua força” (BOURDIEU; PASSERON, 1985, p. 19). (VALLE, 2013, 411,437.).

Dessa forma, os estudos sobre a escola francesa revelam a dominação de classe existente dentro dela e validada pela perpetuação de uma cultura dominante que contribui de forma efetiva para reprodução das relações sociais existentes fora dela. A escola nesse sentido, passa a reproduzir estruturas sociais que deveriam combater em sua essência, e ser uma instituição fadada à ilusão de neutralidade. Sendo assim, deixa de proporcionar a democratização e de promover direitos igualitários.

Ao atribuir aos indivíduos esperanças na sua vida escolar estritamente dimensionados pela sua posição de hierarquia social, e operando uma seleção que sob as aparências da equidade formal sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades ,a o mesmo tempo as legítima conferindo um sanção que se pretende neutra , e que é altamente reconhecida como tal , as aptidões socialmente condicionadas que trata com desigualdades de “dons” ou de méritos, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em “distinção de qualidade “e legitima a transmissão da herança cultural.(BOURDIEU, Escritos de Educação,1998,Editora Vozes, p.58.)

Dentro dessa abordagem da escola francesa e seu sistema educacional, Bourdieu preocupa-se também com a questão do *habitus* e do *dom*, que são colocados por ela (escola) como designadores dos destinos dos alunos; a burguesia que acredita na herança do *dom*, em talentos naturais que predestinou determinados indivíduos a um determinado futuro, vida ou profissão. Porém esse suposto *dom* nada mais é que um vasto capital cultural acumulado nos meios sociais que conviveu ao longo de seu processo de socialização, ou seja, de formação do *habitus*. Esses alunos podem de forma espontânea ou não, usar esse capital cultural acumulado em suas atividades e trabalhos escolares, destacando-se e distanciando-se ainda mais dos alunos das classes menos favorecidas.

Os alunos que não desfrutam de um capital cultural tão vasto quanto os outros, tendem a ter um percurso escolar mais doloroso e cheio de dificuldades, a escola apresenta uma cultura que não é reconhecida por eles, e, por não trazerem um capital cultural acentuado, são obrigados a passar por um processo de aculturação dentro das instituições, assimilando uma cultura que nada tem a ver com suas vivências, experiências e subjetividades, porém, igual aos alunos das classes dominantes, dentro das instituições também já estão com seus futuros determinados, não ao sucesso, mas a uma dominação de classe, já que o sucesso para as classes menos abastadas não é improvável, como afirma VALLE ( 2013).

Assim como o dom, Bourdieu (1988) coloca o *habitus* como uma interiorização de algumas condições do indivíduo onde ele antecipa seu destino ou futuro, de acordo com as experiências vividas no presente, como um elo que determina sua vida e suas escolhas.

É um sistema de repertórios de modos de pensar, gostos, comportamentos, estilos de vida, herdado da família e reforçado na escola.

São sistemas de disposições duráveis e transmissíveis. Estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações. (BOURDIEU,1980, p.88-89)

O *habitus* está bastante presente no cotidiano e na vida escolar de todos os estudantes, porém se manifesta de forma bastante clara e seletiva nas classes menos abastadas. Essa matriz determinante de ausência de dons ou de capacidade, muitas vezes fortalecida no seio familiar, é efetivada pela escola e seu sistema educacional, onde esses alunos são inadequados dentro desse sistema.

Desse modo fica claro que o processo de hierarquização e de dominação das classes sociais dentro do sistema escolar apresenta-se claramente nas grades curriculares, nas práticas dos professores, nas disciplinas oferecidas e uma série de violência simbólica sofrida por esses alunos das classes inferiores.

Por fim, Bourdieu (1988) também coloca que o fracasso escolar das classes desfavorecidas é essencial para perpetuação e fortalecimento da dominação de classe.

Mesmo concordando com o autor, é necessário lembrar que mesmo sendo cheia de atropelos, preconceitos e barreiras, apenas assegurar a permanência da categoria LBTQIA+ dentro dos espaços escolares, e garantir sua efetividade no processo educacional proposto, como uma espécie de resistência ou afronta às instituições e sistemas não resolve a problemática enfrentada por esses sujeitos na sua caminhada escolar.

A padronização educacional gera e fortalece diversas formas de violência e abusos para as minorias sociais que, como consequência, não se sentem representadas e acolhidas nas instituições e nos bancos escolares.

Em artigo no qual defende o reconhecimento da diferença LGBTQIA+ na escola, Nunes (2015), citando Richard Miskolci diz o seguinte sobre o tema:

Para tanto, mostra-se fundamental apresentar a obra “Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças”, de Richard Miskolci, oportunidade em que se dissertou a respeito do papel da educação em reconhecer-ou deslegitimar-o exercício da sexualidade e da identidade de gênero na atualidade, apresentando-se a viabilidade de construção de um ambiente escolar alternativo à lógica multiculturalista da “diversidade” e da “tolerância”, que, enfim, reconheça a diferença não enquanto elemento de hierarquização e sujeição dos indivíduos, mas sim como um princípio indenitário, que revela demandas e necessidades próprias, e até então esquecidas, de grupos sociais tidos como minoritários. (NUNES, 2015 p. 204).

Por esse conceito, podemos perceber que é possível a criação de um ambiente escolar e instituições de ensino pautados na diversidade, e na tolerância de diversas culturas e categorias sociais, na busca de fortalecimento de laços e na oferta de uma educação que enxergue as diferenças com uma aliada, não como uma afronta ou ameaça a uma cultura binária socialmente estruturada.

A suposta neutralidade adotada pelas instituições seja de maior ou menor intensidade, descortina o teor fiscalizador, normatizador e vigilante para a população LGBTQIA+, tornando as diferenças não uma identidade própria, mas um elemento de hierarquização e exclusão.

Na obra “O Corpo da Roupa”, Lanz (2017) afirma que “as instituições públicas, devem ser receptivas a qualquer categoria de pessoas, independente de sexo, gênero, classe social, credo religioso, raça ou etnia”. A professora Marina Reidel, primeira mulher transgênera a obter título de Mestre em Educação no Rio Grande do Sul no ano de 2013 pela UFRGS, afirma também que:

A escola ainda é um espaço homofóbico e transfóbico. Os professores ainda não estão preparados para lidar com essas questões. Eles não foram preparados para isso porque as universidades não trabalham essas questões. Hoje em dia ainda existem algumas discussões, mas quando eu concluí minha formação, há 12 anos, jamais esse assunto era abordado.

Essa falta de preparo não é culpa apenas dos professores, mas da falta de uma política educacional rígida e efetiva que ofereça ao professor e a todos que compõem o corpo escolar uma formação para o combate da homofobia e transfobia nos ambientes educacionais.

Essa anomalia já tinha sido apontada anteriormente pela professora Guacira Lopes Louro. Segundo ela, dentro da escola:

[...] Os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade/serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO,2004 p.27).

Os conceitos aqui apresentados, mostram como a escola e as instituições educacionais no nosso país, exercem um papel baseado na desigualdade, distinção e diferenças, e como esses espaços são excludentes e tornaram-se mecanismos de dominação e higienização social.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Quanto ao procedimento e percurso metodológicos, este trabalho de pesquisa classifica-se como: qualitativa trazendo dados para serem interpretados e analisados nesse procedimento.

Nas pesquisas quantitativas, as categorias são frequentemente estabelecidas a priori, o que simplifica sobremaneira o trabalho analítico. Já nas pesquisas qualitativas, o conjunto inicial de categorias em geral é reexaminado e modificado sucessivamente, com vista em obter ideais mais abrangentes e significativos. Por outro lado, nessas pesquisas os dados costumam ser organizados em tabelas, enquanto, nas pesquisas qualitativas, necessita-se valer de textos narrativos, matrizes, esquemas etc. (GIL.2002 p-134)

Para que os resultados mantivessem a confiabilidade e obedecessem aos padrões empíricos, os dados foram coletados em forma de entrevistas semiestruturadas por plataformas digitais, devido ao período de pandemia do COVID-19. Os dados da pesquisa foram coletados com pessoas adultas pertencentes a categoria LGBTQIA+, que cursaram o ensino médio nas maiores escolas em número de alunos do Cariri Ocidental da Paraíba, através de entrevistas semiestruturadas (Apêndice 01), realizadas pelo *Google meet*.

A seleção e busca dos participantes se deu através das redes sociais, indicações de colegas de curso e professores residentes em determinadas cidades do Cariri Ocidental paraibano, para manter o sigilo dos participantes, das escolas e cidades que elas se encontram, não será revelado neste trabalho os verdadeiros nomes das instituições e suas localidades, sendo todos os envolvidos na pesquisa tratados por nomes fictícios.

Com o intuito de não induzir o comportamento ou respostas por parte dos sujeitos entrevistados, não foi revelado o conteúdo das intervenções da pesquisa, e nem qual seu objeto de estudo, mantendo assim o conhecimento do que seria abordado de fato apenas no ato da entrevista.

Sabendo da importância da fala e posicionamento dos professores de sociologia para a essa pesquisa, foram contactados os professores das escolas pesquisadas, todavia e de maneira geral, não tiveram condições de fazer parte desse estudo, alegando falta de tempo e uma alta sobrecarga de trabalho, nesse período de pandemia do COVID-19

Para cada escola foi selecionada uma amostra de duas (2) pessoas pertencentes a categoria LGBTQIA+, e que fossem alunos egressos dessas instituições, com o intuito de refazer seus percursos estudantis dentro das escolas, especificamente no ensino médio, mas sem descartar qualquer outras experiências vividas em seu percurso educacional.

As entrevistas semiestruturadas através do *Google meet* proporcionaram um maior detalhamento de informações e depoimentos, que não seria possível se tivesse sido colhidas por questionários. Através desse contato direto com o entrevistado foi possível se aprofundar no tema pesquisado e perceber os impactos causados pelas vivências escolares de cada protagonista dessa pesquisa, esclarecendo todo tipo de informação ou dúvida durante a abordagem da pesquisa.

Segundo Gil (2002), é importante que o pesquisador tenha uma experiência direta com o campo estudado, é através dessa experiência que o pesquisador vai entender as regras, costumes, e convenções que norteiam o grupo em estudo.

Para que os colaboradores da pesquisa ficassem a vontade para compartilhar suas experiências e relatos do seu percurso escolar, as indagações iniciavam-se de uma forma simples e superficial, com questões de como era a rotina escolar, seus horários, colegas de escolas etc. Em seguida, era perguntado sobre suas vivências dentro das instituições educacionais, com colegas, professores e demais membros do corpo escolar, logo após, era tocado na questão do *bullying* dentro das escolas, essa questão dava acesso de forma direta para os depoimentos das experiências vividas e presenciadas, no tocante questões de violência e homofobia.

Devido um número pequeno de escolas de ensino médio a serem estudadas, o nome dessas instituições e dos informantes da pesquisa, assim como demais nomes citados não serão revelados nesse trabalho.

Essa forma de condução das entrevistas semiestruturadas trouxe segurança para abordar questões delicadas e necessárias para esse trabalho, e também deixou os colaboradores confortáveis para refazer sua trajetória escolar e relatar vivências prazerosas ou não de sua passagem pela escola.

## 4 RESULTADOS

Na sua essência e em seu artigo 5º, a Constituição Federal Brasileira, nos apresenta o que é denominado como princípio da igualdade, ou seja: todos somos iguais e temos os mesmos direitos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. (Brasil, 1988 Art. 5º)

Anteriormente o artigo 3º já sinaliza em seu conteúdo certos direitos e igualdades excluindo qualquer tipo de preconceito como diz seu inciso IV:

“Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

O interessante é perceber que esses artigos da Constituição Federal soam como uma utopia, particularmente para alguns grupos de representatividade minoritária no campo social, a exemplo da categoria LGBTQIA+.

Esse artigo, nos apresenta algumas prioridades e condicionalidades para o cumprimento desse artigo na vida cidadã dos brasileiros, como por exemplo em sua primeira seção, segundo a qual homes e mulheres gozam de um mesmo direito e obrigações. Sabemos que na prática isso não acontece, o machismo estrutural que vivenciamos no Brasil impede que homes e mulheres acessem da mesma forma os direitos e também as obrigações devidas.

Não quero aqui me aprofundar ou me prender a os termos do artigo 5º da Constituição Federal brasileira, mas lembrar, que entre os demais termos apresentados no artigo que é considerado o princípio da igualdade, não se tem item algum, que assegure diretamente o direito a expressão da sexualidade em toda suas nuances, ou da expressão de identidade de gênero para os cidadãos.

Diante de tantas seguridades apresentadas pela CF, a ausência do direito das pessoas exercerem sua sexualidade e sua identidade de gênero em todas suas expressões, dá uma conotatividade de despreocupação com a questão, um silêncio que acaba por reforçar a marginalização de tudo daquilo que transgredem a cis-heteronormatividade, reforçando a estrutura machista do país.

É necessário compreender que determinados grupos têm suas demandas e situações singulares, que é preciso está assegurada por lei para que essas agendas aconteçam, esse é o caso da categoria LGBTQIA+, possa ser que os governantes ou até mesmo o artigo 5º (falo nele

mais uma vez por ser considerado o princípio da igualdade), entenda que de forma subentendida, ele contemple a categoria LGBTQIA+ nos seus termos, como por exemplo o inciso XLI, que diz:

“A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (BRASIL.1988).

Porém esse inciso não traz seguridade suficiente para garantir a defesa em totalidade das manifestações da sexualidade, expressão, e identidade de gênero. Entretanto ele serviu como fundamento para grupos e associações que lutam a favor da igualdade sexual e de gênero e da criminalização da homofobia, a exemplo da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestir, Transgêneros e Intersexos).

A luta para criminalização da homofobia tem seus pés e sua trajetória fincados a décadas atrás. No ano de 2001 a Deputada Federal Iara Bernadi do(PT/SP), apresentou o PL 5003/2001 que determinava “sanções à práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas”. Em sua justificativa o PL, traz alguns argumentos que valem a pena apresenta-los nesse trabalho:

A orientação sexual é personalismo, atributo inerente e inegável à pessoa humana. E como direito fundamental, surge como prolongamento dos direitos da personalidade, como direitos imprescindíveis para construção de uma sociedade que se quer livre, justa e igualitária. Trata-se de respeitar as diferenças e assegurar a todos o direito à cidadania. (PL 003/2001)

Nota-se que apenas em um trecho justificativo o PL 5003/2001, já fala bem mais de dignidade humana no tocante a orientação sexual, colocando-a como um direito inviolável do ser humano, coisa que a Constituição Federal não considera de forma clara e direta. Em 2004, foi pensado a ele outro projeto (3770/2004), referente à “liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências”.

Estabelecendo uma linha temporal das tentativas de criminalização da homofobia, chegamos no ano de 2006, onde encontramos o Projeto de Lei da Câmara, projeto este que também busca a criminalização da homofobia no país. Ele teve início com a PL 5003/2001, e chegando a tramitar no senado teve seu número mudado para PCL 122/2006.

A homofobia foi criminalizada no nosso país, não como os grupos organizados socialmente a favor da causa desejavam em sua integridade, mas Com uma equiparação ao crime de racismo enquadrando a homofobia como crime de racismo, tendo sua aprovação pelo STF após seis sessões, e por uma votação de, 8 votos a 3.

É bom salientar que o projeto vem para preencher uma lacuna existente na punição do crime de homofobia deixada pela constituição federal, e que é preciso mais do que uma tipificação na lei 7.716/89 para combater de forma ostensiva um crime tão brutal e que fere como tantos outros a dignidade humana. Também é necessário tratar a homofobia de maneira ampla, não apenas como uma violência física ou moral, mas abordá-la em suas várias situações e contextos.

Também chamado de Lei Anti-Homofobia, a proposta apresentava não só a criminalização das condutas violentas contra à categoria LGBTQIA+, mas também os atos de discriminação, preconceito, não sendo admitido o impedimento da expressão e manifestação de afetividade dos casais homossexuais, bissexuais e transgêneros. Para tanto, buscava alterar a Lei 7.716/1989, que tipifica os crimes de discriminação ou preconceito em relação a raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Entre esses crimes a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Após anos tramitando no Senado, o PLC/2006, foi arquivado, depois de vários embates com a bancada conservadora e principalmente com a bancada evangélica, o PLC 122/2006, ele passou por duas legislaturas sem conclusão alguma, enquadrando-se no critério de arquivamento automático. Há quem diga que isso foi mais uma manobra política das bancadas e senadores opositores a esse projeto de lei.

A PL 672/2019, que tinha como principal intuito o aprimoramento da lei 7.716/1989, e concebendo uma equidade de direitos e dignidade humana para a categoria LGBTQIA.

De autoria do senador Weverton da Rocha do PDT/MA, o projeto propôs a criminalização da tentativa de impedimento de manifestação pública de afeto da categoria LGBTQIA+, ressaltando os templos religiosos. O texto foi considerado equilibrado.

Embora a categoria LGBTQIA+, esperasse mais proteção com o PL 622/2019, uma consulta pública colocada pelo site do senado "[e-cidadania](#)", indicou que dos 45.563 cidadãos que já participaram dessa consulta pública, 33.185 (72,83%) afirmaram que são contra esse projeto.<sup>1</sup>

Embora ainda em tramitação no senado, baseado no artigo 256 do regimento interno daquela casa, seu autor o Senador Weverton da Rocha retira em caráter definitivo o projeto de tramitação.

---

<sup>1</sup> [www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=135191](http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=135191)

É notória a lentidão e o desinteresse político pelas causas e direitos da categoria LGBTQIA+ no Brasil. Também é assustador como essa categoria é cada vez mais deixada de lado, embora exista movimentos sociais ativos na luta pela causa espelhados em toda parte de país. Em contrapartida, um grupo politicamente reacionário pautado no conservadorismo e no extremismo religioso tenta a todo custo desarticular a agenda pública dos direitos da categoria LGBTQIA+ brasileira.

Essa ausência de projetos de proteção e políticas públicas para a categoria LGBTQIA+, também é sentida dentro das escolas de todo país, tendo em vista que as instituições de ensino são espelhos da sociedade, reproduzindo em sua essência todas as formas de manifestações e dominações sócias dentro de seus muros.

#### 4.1 TENSÕES RELATIVAS AO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO POR IDENTIDADE DE GÊNERO OU SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Como já foi dito anteriormente, a escola reflete questões, debates e dilemas sociais dentro de seus espaços com seus projetos pedagógicos e pela maneira como seja implementado o que é previsto nas leis e documentos normativo, que norteiam e dão parâmetros à condução do processo educacional e escolar.

Nas últimas décadas, as questões de gênero e sexualidade ganharam força no cenário social, e educacional, descortinando uma discussão que antes era esquecida no processo educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Em seu artigo 3º, amplia o que diz o artigo 206 da Constituição Federal brasileira, que entre outras singularidades afirma que o ensino deve ser ofertado com base na liberdade de ideias, igualdade de acesso e permanência na escola, equidade e outros direitos, ela traz nesse mesmo artigo o inciso III e IV, que fala sobre pluralismo de ideias, respeito à liberdade e apreço à tolerância. Embora o debate das questões de gênero e sexualidade estejam em alta nas instâncias sociais e políticas, e a Constituição Federal e a LDB, assegurem direitos de liberdade e diversidade dentro das escolas, não é bem isso o que acontece na prática.

As escolas apresentam-se com um ambiente pouco favorável para o debate dessas questões de gênero e sexualidade, tornando-se um campo minado, para discutir a construção social do masculino e feminino com crianças e adolescentes. Esse aspecto é fácil perceber que

uma grande parcela dos profissionais da educação fazem parte de um grupo conservador que ainda defendem convenções e arcaicas ligadas ao determinismo biológico...

Esse é um dos maiores impasses para se instalar um debate e estudo o de gênero e sexualidade dentro dos ambientes escolares, tendo em vista que, ao levantar essas questões, automaticamente, e a médio e longo prazo, desconstrói-se uma ideia patriarcal e machista da construção social dos sujeitos, do que é ser masculino e feminino, atingindo assim outros campos, como áreas profissionais, funções sociais, e direito ao corpo, não apenas os marcadores sociais de posições de opiniões e escolhas como se pensa superficialmente.

, Fazer isso seria romper com padrões socioculturais estruturais, e enfrentar de forma direta grupos conservadores compostos por matrizes religiosas, principalmente vários segmentos cristãos, que usam o argumento que essas questões dilapidam a família tradicional brasileira, e essas questões de gênero e sexualidade a serem tratados na escola confundem a cabeça das crianças e adolescentes, conduzindo-as a prática da homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, e em alguns discursos extremistas, ligam as questões de sexualidade e gênero diretamente à prática da pedofilia.

Foi justamente essas ideias erradas sobre o debate de gênero e sexualidade no âmbito escolar, que desmontaram e engavetaram o Projeto Escola sem homofobia, que tinha como objetivo maior, educar de forma correta e acabar com esse crime dentro das escolas, através de implantação e efetivação de projetos e ações que buscassem a promoção de ambientes políticos e sociais que assegurem o debate e a garantia de direitos da categoria LGBTQIA+.

Essa contribuição se traduz em subsídios para a incorporação e a institucionalização de programas de enfrentamento à homofobia na escola, os quais pretendemos que façam parte dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino do Brasil. Dessa maneira, o Projeto Escola sem Homofobia vem somar-se aos legítimos esforços do governo em priorizar, pela primeira vez na história do Brasil, a necessidade do enfrentamento à homofobia no ambiente escolar. (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, pag. 9)

Em governos anteriores no Brasil, além de documentos, leis e políticas públicas oficiais que supostamente garantem o acesso e permanência das pessoas LGBTQIA+ nas escolas e no sistema educacional, alguns programas e projeto ligados de forma direta à formação educacional e o convívio escolar foram criados para subsidiar debates e ações sobre preconceito e marginalização dessas pessoas dentro das escolas. Um exemplo foi o Programa Brasil sem Homofobia, que teve seu fim antes de ser implantado no ano de 2004. Em nível

federal, tendo como principal ferramenta a mobilização dos movimentos sociais com diversas ações e intervenções voltadas à educação.

É necessário enxergar o processo educacional e seu fomento com um olhar singular para cada indivíduo envolvido nele, e tratar essa singularidade existente como plural, assegurando, ofertando e garantindo um processo educacional pautado no respeito à diversidade, como preconiza a LDB (lei 9.3994/96) em seu Art.3º, segundo o qual o ensino deve ter como base 14 princípios, entre os quais destacamos:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Mesmo tendo um aparato de normativas que assegurem teoricamente a presença de grupos diversos dentro dos ambientes escolares, os instrumentos de norteamto das políticas educacionais não são suficientes para oferecer, além da permanência nos ambientes escolares, outros direitos essenciais para uma oferta educacional de qualidade a esses subgrupos.

É importante salientar que diante de alguns subgrupos citados diretamente pela LDB, outras categorias que são igualmente discriminadas como o caso dos sujeitos LGBTQIA+, não são citadas ou referenciadas pelo documento.

No tocante a seguridade de direitos no campo educacional, alguns documentos normativos que regem a política educacional, ainda tentam vencer antigas dificuldades da época de suas elaborações, algumas de décadas passadas, como os PCNs, que foram elaborados na década de 90, que entre tantas outras dificuldades existentes, ainda luta contra a falta de reconhecimento da diversidade cultural, racial, sexual e de gênero existentes no espaço escolar.

Fazendo um comparativo dentro do campo da sexualidade e gênero, podemos dizer que os grupos que tem seus significados pautados na identidade sexual ou de gênero dominante e hegemônico, ou seja, na heterossexualidade *Cis*, reproduzem dentro das escolas as mesmas formas de dominação e subordinação que acontece fora dela, sobre os grupos que apresentam sexualidade e identidade ou expressão de gênero classificadas como desviantes.

A identidade LBTQIA+, é vista como um problema de desvio ou mesmo uma anormalidade que precisa ser corrigida ou enquadrada dentro do socialmente aceito, e a escola seria um instrumento essencial para esse enquadramento, através do currículo escola e uma cultura binária e heteronormativa presente em sua estrutura.

Visando essa problemática de aceitação e enquadramento, Butler (2012), traz à luz a teoria *Queer*, que tende a nos fazer pensar o diferente como parte importante e existente nas interações sociais e suas instituições, nos levando assim a problematizar essas relações com os grupos que apresentam um novo jeito de se comportar e interagir com o meio social, não só no viés sexual, mas comportamental, modo de pensar e agir, permitindo o entendimento de diversas identidades dentro da categoria LGBTQIA+.

Butler coloca como *Queer*, a desconstrução do sujeito, e afirma que “a teoria queer pretende realizar a desconstrução dessa categoria, defendendo a instabilidade e a indeterminação de todas as identidades sexuadas e generificadas”.

Tomaz Tadeu da Silva em seu livro, *Documentos de Identidade*, afirma que além da teoria *queer*, é necessário aplicar-se uma pedagogia *queer*, que não apenas assegura ensinar as questões de sexualidade e combate a homofobia dentro dos ambientes escolares, mas que seja implantada uma metodologia voltada à compressão do conhecimento das diversas identidades sexuais e de gênero existentes dentro das instituições de ensino.

A pedagogia queer não objetiva simplesmente incluir no currículo informações corretas sobre a sexualidade; ela quer questionar os processos institucionais e discursivos, as estruturas da significação que definem, antes de mais nada, o que é correto e o que é incorreto, o que é moral e o que é imoral, o que é normal e o que é anormal. A ênfase da pedagogia queer não está na informação, mas numa metodologia da análise e compreensão do conhecimento e da identidade sexuais. (SILVA, Tomaz Tadeu, *Documentos de Identidade*, 2010)

Nas escolas de nosso país quando se propõem a falar e debater sobre sexualidade e gênero com os alunos, a discussão em muitos casos apresenta-se apenas de forma superficial e rasa no debate desses temas, fala-se de sexualidade ligando diretamente o tema à área de saúde, dando ênfase às DST'S e problematizando o HIV e as consequências de uma gravidez inesperada e prematura na adolescência. No tocante às questões de gênero, o debate permeia apenas sobre o lugar da mulher na sociedade atual, desconsiderando e deixando de fora do debate outras questões, como a identidade de gênero, que assim como na sexualidade são de extrema importância para o desenvolvimento intelectual e social dos alunos. É preciso debater esses temas sob a perspectiva de direitos e políticas públicas voltadas à diversidade e à segurança de todas as formas de expressão existentes não só no convívio escolar, mas na sociedade como um todo.

Quando o debate das questões de gênero e sexualidade não adentram em uma área mais complexa e profunda, acontece automaticamente a exclusão das pessoas LGBTQIA+ dessa

discussão, como se essa categoria não fizesse parte desse contexto, ou sequer existisse no contexto social e convívio escolar. Dessa forma, a escola se coloca mais uma vez como órgão repressor e regulador dos grupos que transgridem o modelo educacional binário e heteronormativo.

Esses assuntos devem ser abordados no contexto escolar de uma forma adequada e mais ampla, de uma forma que não exclua, não inviabilize e nem contribua para o crescimento de certos tipos de violência como a homofobia e a transfobia dentro das escolas.

Além de debater e abordar os temas de gênero e sexualidade de forma correta, é preciso ter nesses ambientes educacionais profissionais qualificados para abordagens coerentes e pautadas em uma literatura pedagógica desprovida de um discurso moralista, religioso e de questões heteronormativas preconceituosas que desqualificam a categoria LGBTQIA+.

No ano de 2004, a UNESCO fez uma pesquisa com 5.000 professores da esfera pública e privada em todo território brasileiro, incluindo as capitais; A pesquisa revelou, entre outras coisas, que 59,7% dos professores acham inadmissível que uma pessoa tenha alguma relação homossexual, e que 21,2% tampouco gostaria de ter vizinhos homossexuais. Em algumas capitais o índice de professores que alegam não saberem abordar o tema de homossexualidade em sala de aula chega a 47,9%, que é o caso de Vitória no Espírito Santo. (UNESCO, 2004)

Esses números apontam a homofobia se revelando dentro das instituições através da indiferença e do descaso em relação as pessoas LGBTQIA+ pelos profissionais que as compõem.

O sistema educacional deve e precisa levar em conta o papel social da escola na formação de cada indivíduo que passa por ela, contrapondo seu modelo tradicional, masculino, heteronormativo, branco e de classe média. De forma alguma a escola deve esquecer seus impactos na formação e no cotidiano das pessoas que a frequentam, pois a permanência dessas pessoas no sistema educacional, suas interações sociais e sua trajetória profissional está diretamente atrelada a escola e aos profissionais que a compõem.

Embora esteja assegurada, no artigo 3º da LDB, embora de forma bastante genérica, a não discriminação no sistema educacional, é preciso que os profissionais da educação fiquem vigilantes a não reprodução de estereótipos de gênero e orientação sexual dentro dos muros da escola.

Em governos anteriores no Brasil, além de documentos, leis e políticas públicas oficiais que supostamente garantem o acesso e permanência das pessoas LGBTQIA+ nas escolas e no

sistema educacional, alguns programas e projeto ligados de forma direta à formação educacional e o convívio escolar foram criados para subsidiar debates e ações sobre preconceito e marginalização dessas pessoas dentro das escolas. Um exemplo foi o Programa Brasil sem Homofobia, criado no ano de 2004 em nível federal, tendo como principal ferramenta a mobilização dos movimentos sociais com diversas ações e intervenções voltadas à educação.

Esse foi o primeiro programa articulado a ser desenvolvido em combate a discriminação e preconceito, baseia-se na transversalidade, dialogando com outros setores como trabalho e saúde, chegando a realizar três Conferências Nacionais com temas voltados para categoria LGBTQIA+, com exemplo, a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais no ano de 2008. No mesmo ano, foi dado um grande passo para as políticas públicas da categoria LGBTQIA+, com a Conferência Nacional de Educação, que teve o seguinte tema: Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação, as discussões estiveram estruturadas em cinco eixos temáticos, porém o que nos interessa aqui é o eixo IV, que trazia como proposta de debate, a Inclusão da Diversidade na Educação Básica.

Dentro dessa articulação encontrava-se inserido o Projeto Escola sem Homofobia, que trazia uma proposta de trabalho estritamente voltada para educação, com produção de materiais didáticos e educativos a serem trabalhados por alunos e professores nas escolas do país.

Só após sete anos do lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, o Projeto Educacional inserido no Programa estava prestes a sair do papel, mas por pressão dos setores conservadores e religiosos da sociedade e do congresso nacional, o material e seu conteúdo foi engavetado e esquecido sobre grandes polêmicas e notícias falsas, não chegando a os bancos escolares nem às mãos dos professores.

Tempos depois alguns sites de informação e formação para professores, tiveram acesso ao material em PDF e colocaram para download. Ao contrário do que foi divulgado sobre o mesmo, o material não apresenta nada que seja nocivo e desrespeitoso para os alunos e professores, ele traz sequências didáticas, textos, indicações de atividades e o uso de materiais de áudio visual para os alunos e formação de professores.

Todavia o kit do Programa Escola sem Homofobia, popularmente é vulgarmente chamado de kit gay, é um material que possivelmente daria apoio a os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação(PCN), no tocante à os temas transversais, especificamente a “Orientação Sexual”, teria sido um importante elemento na ampliação do campo informativo e teórico de

professores e alunos, sem a pretensão de interferir nas vivências, experiências e escolhas da vida particular dos envolvidos.

A Orientação Sexual aqui proposta não pretende ser diretiva e está circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto, caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor. (BRASIL,1998 p.299)

Os PCN, também coloca que outros nomes ou denominações podem substituir essa nomenclatura de “Orientação Sexual” dentro das escolas, como: Educação Sexual, Educação em Sexualidade, Educação Afetiva-Sexual, entre outros.

Porém independente de como é denominado, o estudo de gênero e da sexualidade deve ser oferecido através de informações claras e seguras para os alunos, sem isentar a família de suas responsabilidades na formação dos jovens, e nem concorrerem com crenças ou valores que essas instituições familiares adotam para si e seus membros.

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (PCN,1998, p.299)

Embora algumas questões sobre sexualidade e gênero sejam colocadas de forma superficial, é importante entender que os PCNs são documentos curriculares, e não um material didático. O papel do documento é apenas apontar direções

As questões da homossexualidade são apresentadas de forma secundarizada entre as questões de orientação sexual colocadas pelos documentos, desconsiderando direitos, e de certa forma inviabilizando essa categoria no processo educacional e no meio social.

As poucas vezes que o tema transversal de Orientação sexual se volta para as questões de diferenças quanto à sexualidade, limita-se a falar em homossexualidade de maneira genérica e trata de respeito em relação às pessoas que se comportam de forma diferente dos demais, ou seja, os que fogem dos padrões heteronormativos, esquecendo que tratar respeitosamente as

categorias que não seguem esse padrão vai além de uma formalidade interpessoal, é uma questão de direito.

Tome-se como exemplo a discussão do tema da homossexualidade. Muitas vezes se atribui conotação homossexual a um comportamento ou atitude que é expressão menos convencional de uma forma de ser homem ou mulher. Ela escapa aos estereótipos de gênero, tal como um menino mais delicado ou sensível ser chamado de “bicha” ou uma menina mais agressiva ser vista como lésbica, atitudes essas discriminatórias. (PCN,1998, p.325)

Enquanto isso, as questões de gênero o documento restringe-se à ideia de disparidade de direitos das mulheres em relação aos homens, porte físico e violências sexuais que possam vir a ser sofridas pelas mulheres. Embora os PCNs tragam a definição de gênero como uma construção social, ele não sinaliza e nem indica como essa construção é feita e pode ser trabalhada nas escolas com os alunos, ele se apega apenas às condições do feminino em relação ao masculino como rotinas esportivas, de trabalho e costumes socialmente ditados para meninos e para meninas, tratando as questões de gênero de forma resumida, redundante e de senso comum, minimizando o debate apenas as diferenças sociais entre homens e mulheres, masculino e feminino.

O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. Desde muito cedo são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. A flexibilização dos padrões visa a permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. (PCN,1998, p.322)

É clara a ausência de temas importantes e com solidez teórica nos PCN no tocante ao gênero e sexualidade, também é nítida a falta de argumento e material para tratar dessas questões, em especial a sexualidade. Entretanto devemos de certa forma levar em conta o ano em que o material foi produzido e como esses temas eram abordados na época, cheios de barreiras, preconceitos e tabus eu mesmo vinte anos depois a sociedade e as instituições escolares através de suas estruturas ainda carregam.

Também é necessário levar em conta a escassez de trabalhos, estudos e pesquisas qualificadas e seguras sobre esses temas, dificultando ainda mais a quebra de barreiras e grades entre a escola e alguns temas que venham a desafiar as estruturas sociais vigentes.

O material tinha como um de seus segmentos sanar essa ausência ou complementar as orientações colocadas nos PCNs, diretamente nos temas transversais, em específico a orientação sexual, trazendo informações concretas de fontes e estudos seguros, para que os professores e demais protagonistas da educação adquirirem conhecimento e segurança para debater esses temas sem causar nenhum tipo de mal-estar ou violência simbólica dentro das instituições de ensino, sem gerar também de certa forma nem um tipo de exclusão.

O caderno de orientações do Programa escola sem homofobia e o Kit de ferramentas educacionais é dividido em quatro partes; introdução, três capítulos com temas diferentes e anexos. É impossível não perceber a vasta e renomada base teórica em que o caderno é construído.

Em sua referência bibliográfica estão presentes nomes como: Adorno, Barrillo, Bourdieu, Guacira Lopes e outros teóricos e estudiosos de gênero e sexualidade. Além de nomes importantes, o caderno também é construído por documentos de relevância no meio social e educacional como por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), Parâmetros Curriculares Nacionais(PCN) e o documento final da Conferência Nacional de Educação de 2008.

Pela referência bibliográfica, nota-se a seriedade que o caderno trata o tema e como ele iria contribuir de forma direta e efetiva na formação de professores, alunos e colaboradores da educação no que diz respeito a minimização da discriminação da categoria LGBTQIA+ dentro das escolas.

Na sua introdução, o caderno se apresenta como material de auxílio educacional, como se deu sua construção, e qual intuito de sua aplicação dentro das escolas como suporte teórico.

Este Caderno e o kit de ferramentas educacionais que o acompanha compõem a base teórica e material com que se pretende dar o passo inicial para a promoção e garantia de uma escola livre de homofobia. Podem ser implementados através de um programa de médio ou longo prazo, como também de oficinas temáticas. Orientam-se pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social. Sua principal meta é contribuir para o reconhecimento da diversidade de valores morais, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira, heterogênea e comprometida com os direitos humanos e a formação de uma cidadania que inclua de fato os direitos das pessoas LGBT. (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, p.09)

Ainda na parte introdutória do material é apresentado a parte metodológica e objetivos do caderno e do Kit de ferramentas educacionais, a metodologia é simples e pautada em dinâmicas de trabalho que buscam desconstruir e desnaturalizar a heteronormatividade como o

único caminho que os agentes sociais teriam de seguir para viver sua sexualidade, as dinâmicas propostas incentivam a mudança de costumes e atitudes no campo escolar favorecendo assim o combate à discriminação contra a categoria LGBTQIA+.

Os objetivos seguem a linha simples e de claro entendimento do processo metodológico, facilitando a compreensão de quem ler ou estudar o material, um dos objetivos trata da alteração de práticas, rotinas e convívio escolar que mantenha ou aumente dispositivos de descriminação e homofobia.

Nos três capítulos que fundamentam o caderno do Programa escola sem homofobia podemos encontrar situações do cotidiano que nos levam a refletir e debater situações de invisibilidade e descriminação de sexualidade e gênero, colocando a homofobia como uma chave principal a ser problematizada dentro das escolas.

Cada capítulo apresenta uma visão e uma forma diferente de abordar gênero e sexualidade. O primeiro capítulo tem como título “Desfazendo a confusão”. Nele, é apresentado e discutido o conceito de gênero e a forma de como ele é colocado nas diferentes disciplinas escolares, e como esse conceito impõe formas de agir, pensar e sentir adequado ao masculino e ao feminino. Também nesse capítulo é colocada a importância de conhecer alguns conceitos para se entender a diversidade sexual, elevando o assunto além do senso comum. Para encerrar o capítulo é apresentado a luta do Movimento LGBTQIA+ pela igualdade de direitos civis e cidadania.

O segundo capítulo tem como tema “Retratos da homofobia”, além de trazer dados de pesquisas que revelam a existência de uma cultura homofobia dentro das escolas, ele coloca a necessidade de estimular a criação de um Curriculum que adote a transversalidade nos temas sociais e enfraqueçam e discutam a discriminação e a violência contra a categoria LGBTQIA+.

Esse capítulo também preocupa-se com a questão de como esses temas estão colocados no livro didático, e como é a organização sexual dos espaços da escola.

No terceiro e último capítulo, porém não menos importante que os demais, o caderno traz o tema “A diversidade sexual na escola”, esse capítulo tende a mobilizar a comunidade escolar para o enfrentamento a discriminação da diversidade através de uma responsabilidade coletiva, usando, adaptando e criando ferramentas de combate no âmbito educacional como por exemplo o P.P.P, os componentes curriculares e um plano de ação voltado a atividades que levem a um campo educacional livre de qualquer forma de violência discriminatória

Neste capítulo também é possível encontrar sugestões para criação de ações compartilhadas para subsidiar o processo de mobilização coletiva.

Por último o caderno do programa escola sem homofobia apresenta dois anexos, o primeiro traz sugestões de atividades a serem desenvolvidas e o segundo, dicas para se trabalhar com audiovisual e outros instrumentos

Diante da análise feita no caderno do Programa escola sem homofobia, é perceptível a riqueza de informacional que o material apresenta, e como teria sido importante sua implantação no sistema educacional na promoção de uma educação de qualidade e mais inclusiva para categoria LGBTQIA+, e outras categorias minoritárias que de forma indireta também seriam beneficiadas com o uso desse material.

Não quero aqui colocar o material como solução absoluta para resolução da discriminação e violência contra a categoria LGBTQIA+ dentro das escolas, mas, como mais uma ferramenta pedagógica de informação e combate a qualquer tipo de preconceito, e uma forma de incentivar essa categoria a ocupar os bancos escolares.

A não liberação dessa ferramenta pedagógica soa como um alerta emitido por uma parcela conservadora da sociedade dizendo que em seus espaços não há lugar para os que transgridem a ordem social vigente, nesse caso a heteronormatividade. Caso esses espaços sejam ocupados por esses transgressores, serão invisibilizados ou convidados a não exercerem seu protagonismo social.

Como já foi dito anteriormente neste trabalho, o Projeto Escola sem Homofobia, ao contrário do que dizia a parcela conservadora e fundamentalistas cristã, não tinha o intuito de doutrinação de crianças para despertar ou incentivar uma homossexualidade adormecida ou distorcer sua identidade ou expressão de gênero, pelo contrário, tinha como um dos seus papéis principais, auxiliar os professores a entender certas questões, e transmitir de forma segura, clara e correta informações e orientações buscada pelos alunos na rotina diária das escolas. Sempre foi o intuito do projeto defender aqueles que sofrem a invisibilidade e a homofobia muitas vezes velada, existente na escola, através de informações sérias e um material didático coerente e pautado na ciência e autores que tratam o tema com seriedade.

Em contraponto a todos os outros movimentos sociais que querem a promoção da diversidade dentro das escolas, temos o Movimento Escola sem Partido, que vem atuando desde 2004 e segundo sua página na internet tem como principal intuito livrar as escola e universidades da doutrinação política e ideológica. (<http://escolasempartido.org/quem-somos/>)

Em sua página na internet, é possível acompanhar depoimentos de alunos e pais que se sentiram agredidos ou violados por professores que eles chamam de doutrinadores disfarçados. Também podemos encontrar nessa mesma página da internet críticas a movimentos sociais como o MST, a professores que trazem a questão da sexualidade e do gênero para sala de aula, e que tratem de qualquer informação política que esteja ligada a partidos da esquerda, como por exemplo usar o termo “Golpe”, para se referir aos acontecimentos políticos de 2016.

Se o leitor já passou pela desagradável experiência de se dirigir à escola de um filho para reclamar do professor de Geografia que usa suas aulas para demonizar o agronegócio e glamourizar o MST; ou do professor de História que não perde uma oportunidade de falar do “golpe de 2016”; ou da professora de Português que obriga os alunos a ler artigos tendenciosos sobre gênero e feminismo, é muito provável que tenha recebido a seguinte resposta: “Ô, pai/mãe, não existe neutralidade!” (<http://escolasempartido.org/blog/o-pesadelo-de-paulo-freire/>)

Em uma breve análise percebe-se que o movimento traz fragmentos visíveis da atual conjuntura política negacionista que se instalou no país, negando fatos evidentes e se apoiando em pensamentos arcaicos e conservadores sobre a escola e o sistema educacional, fazendo críticas duras a os professores que contribuem para uma escola diversa e multiculturalista.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. (<http://escolasempartido.org/quem-somos/>)

Subsidiados pelas ideias e desse movimento, surgiram alguns projetos de lei em todo Brasil, seja em âmbito estadual ou municipal, mas aqui trago em destaque o PL 193/2016 do Senador Magno Malta, que tinha como uma de suas justificativa, evitar que professores em suas aulas, doutrinaram alunos para determinadas correntes políticas ou ideológicas.

O PL Escola sem Partido, pretende limitar a atuação dos professores, criando uma vigilância constante sobre o que e como eles estão passando os conteúdos e temas na sala de aula, reduzindo o censo crítico a conteúdos encontrados nos livros didáticos. Permitindo também que os pais dos alunos interfiram na formação escolar dos estudantes, escolhendo como seus filhos devem receber o ensino religioso e moral, esses ensinamentos devem estar de acordo com as convicções dos pais.

Ao vetar certos debates e conceitos que apontam para as diferenças, o que se faz é aderir a determinada visão de mundo como se ela fosse universal, os sujeitos pudessem ser todos padronizados culturalmente e socialmente.

Vale salientar que em termos legais, o Projeto Lei Escola sem Partido vai de encontro ao artigo 206 da Constituição Federal, e automaticamente confronta o 3º artigo da LDB. No dia 21 de novembro de 2017, o projeto lei foi retirado de tramitação pelo seu autor.

Nota-se que mais uma vez acontece uma tentativa de invisibilizar a categoria LGBTQIA+ no processo educacional, onde em todos os momentos tanto do movimento, como do PL, não é citada a existência dessa categoria no meio educacional, e quando o termo gênero ou sexualidade é citado, vem carregado de uma semântica negativa, voltada para a desqualificação e marginalização da categoria.

Embora seja necessário tratar com prioridade às questões de gênero e sexualidade dentro das escolas com os alunos e também toda comunidade escolar, essas questões sempre serão um desafio para gestão, e principalmente para os professores que executam o trabalho de ponta, através do contato direto com alunos, familiares, e direção escolar, entre outros agentes que também fazem parte do processo educacional, recebendo *feedback* de diversas direções e formas.

Ao trazer esses temas para dentro da escola, a direção escolar e professores automaticamente iniciam um combate ideológico e social com alguns dos familiares dos estudantes, sociedade civil e membros do corpo escolar, colocando em questão suas religiões, conceitos de conduta moral e comportamento sociocultural.

Nesse sentido a escola tem que ter a sensibilidade de exercer seu papel e responsabilidade de combatente, e de não contribuição para o aumento do preconceito e discriminação daqueles que não representam ideias dominantes de patriarcalismo ou construção social do masculino ou feminino, sem distanciar nenhum dos membros da comunidade escolar, sejam eles, alunos, membros do corpo escolar ou familiares dos estudantes. Ai está uma das tarefas mais difíceis de se trabalhar a diversidade dentro das instituições escolares, o convívio com os vários segmentos sociais.

Porém também se faz necessário entender que a escola exerce ou deveria exercer um papel de disseminadora de uma concepção pedagógica plural, respeitando a liberdade de cada cidadão e defendendo a tolerância, seja ela de que forma for, como está escrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Por mais que não se perceba a problemática da sexualidade e do gênero dentro das escolas de uma forma clara, elas se fazem presentes em quase, por que não dizem, em todas as escola públicas do país, e na região do Cariri da Paraíba não é diferente. Essas questões também

permeiam do dia a dia das instituições educacionais caririzeiras, e comungam da mesma invisibilização e descaso enfrentado nas escolas de outras regiões, tornando-se um tabu a ser quebrado por professores e gestão escolar diante de uma cultura avessa ao que não lhe é comum.

#### 4.2 DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES SOBRE O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS DO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO

Assim com os demais municípios de pequeno e médio porte de todo país, os municípios que compõe o Cariri Ocidental da Paraíba apresentam suas singularidades e características próprias, que embora próximos em termos de distância territorial, apresentam seus costumes e culturas diferenciadas, carregando uma singularidade comum a todos: a ausência de políticas públicas e educacionais que protejam a categoria LGBTQIA+ em seus territórios.

Os municípios selecionados para esse trabalho de pesquisa, compõem a região do Cariri da Paraíba, especificamente a região ocidental, que é formada por 16 municípios, tendo uma variação populacional entre 1500 há 33.000 habitantes.

Entre os 16 municípios que compõe o Cariri Ocidental da Paraíba, foram selecionados três municípios cuja população é maior que 10 mil e menor que 35 mil habitantes. Os três têm um IDH que varia entre 0.627 e 0.628, e com uma economia baseada na pecuária de caprinos e ovinos, serviço público e aposentadorias do INSS, com uma renda mensal variando entre 1,6 a 1,8 salários mínimos. Quanto ao índice de Desenvolvimento da Educação Básica Variam entre 3,7 a 4,3.

Esses municípios apresentam uma média de 15 a 27 estabelecimentos escolares no total, com uma média de 2 escolas de ensino médio. Dentre as escolas do ensino médio de cada município, foi selecionada de cada município para que a pesquisa fosse realizada, a seguir tratarei de detalhar cada escola pesquisada deixando seu nome em sigilo tratando apenas como E1, E2 e E3.

##### *A) Escola E1*

O instituto escolar denominado como E1, conta com 645 estudantes distribuídos em 26 turmas, sendo 20 em tempo integral, com 453 alunos e 6 turmas da Educação de Jovens e

Adultos, EJA, com 177 estudantes, Conta atualmente com 46 docentes atuando na escola entre as duas modalidades de ensino disponíveis.<sup>2</sup>

A faixa etária dos estudantes varia de 12 até 49 anos, mostrando grande heterogeneidade, no que se refere à idade.

O PPP da instituição educacional denominado E1 apresenta em suas sessões um conteúdo elevadamente técnico, sendo percebido pela sua escrita, divisão das sessões, e como os assuntos são abordados nas sessões. Porém, em relação aos Projetos Pedagógicos desenvolvidos na instituição, o PPP não apresenta nem um relato do desenvolvimento de projetos pedagógicos próprios nas temáticas de combate às diversas formas de preconceito, como as questões raciais, a homofobia e o *bullying*. Entre tantos outros temas relevantes que permeiam a sociedade, e como já foi dito nesse trabalho que a escola é um reflexo da vida social fora dela, de certo modo, esses problemas podem estar inseridos dentro dessa instituição. O curioso é que no item 4.2 de seu PPP, onde fala de seus princípios norteadores, está colocado o combate e eliminação de qualquer forma de preconceito, seja ela de cor, raça, orientação sexual, etc.

Os únicos projetos apresentados no PPP da Instituição Educacional E1, são os que estão vinculados diretamente com o governo estadual ou federal, à exemplo do “Gira Mundo”, do governo do estado da Paraíba, e o Programa ‘Jovens Embaixadores’, e entre outros nesse segmento.

#### B) *Escola E2*

Já o Instituto Educacional denominado E2, tem como entidade mantenedora a SEE/PB, inserida no Cariri Paraibano, sendo ponto referencial na Educação Básica, oferecendo ensino na modalidade de Ensino Médio Integral Técnico, Regular e Profissionalizante diurno, e ensino técnico, através do PRONATEC à noite.

O instituto educacional E2 tem uma somatória de 261 alunos matriculados no ensino médio dividido nos três anos de estudo do ensino médio.

Apesar do PPP, cedido para análise e estudo pelo Instituto educacional E2, apresenta um desorganização significativa, faltando algumas sessões importantes com sumário, objetivos,

---

<sup>2</sup> Conforme indicado na metodologia, os nomes dos municípios não serão revelados porque a pesquisa trata de questões sensíveis e, devido à pequena quantidade de escolas e professores em cada município do Cariri, revelar o local em que cada entrevistado(a) estudou significaria romper com o anonimato dos participantes e submeter os profissionais e instituições a um julgamento que não é nossa intenção com esse trabalho.

datas descontraídas, informações incompreensíveis em seu conteúdo, ele traz a descrição de alguns projetos pedagógicos voltados ao combate do preconceito e igualdade de gênero, desenvolvidos pela instituição na área das ciências sociais e humanas, não especificamente sobre o bullying e homofobia, mas sobre o papel social da mulher nos acontecimentos históricos.

O PPP do instituto educacional E2, dá muita ênfase à o processo histórico da instituição, desconsiderando pontos importantes que deveriam estar presentes em seu conteúdo.

### C) *Escola E3*

Por último, o instituto educacional denominado E3, Funcionando nos dois turnos, o ensino Médio Regular, com horários de entrada manhã de 07h00min horas às 12:20 min, e à noite com horário de entrada às 19:00 e saída às 23:10 min para o Educação de Jovens e Adultos – EJA (Ciclos: V e VI); perfazendo um total de 421 alunos matriculados, assim distribuídos: 319 Ensino Médio Regular (manhã) e 102 alunos do EJA (noite).

O PPP do Instituto educacional E3, é o mais completo de todos os demais analisados, apresenta uma organização invejável, um conteúdo técnico riquíssimo, tanto em escrita, como na leitura, e uma riqueza informacional em seus textos, que de forma simples, clara e organizada passa as informações necessárias.

Porém no tocante a projetos que fortaleçam o combate ao bullying e a homofobia dentro da escola, nem um projeto é citado no PPP em relação ao tema. Porém a escola escolhe anualmente um tema para desenvolver seu Projeto Pedagógico, e dentro desse tema outros subprojetos em todas as áreas são desenvolvidos, foi aí que me chamou atenção, que dentro de todas as áreas nem uma desenvolveu um subprojeto na área de inclusão e respeito às diferenças, e que me chamou a atenção ainda mais, é que a disciplina de Sociologia ignorou essa área e propôs um projeto semelhante a disciplina de Física.

Sendo assim, a escola perdeu uma grande oportunidade de conscientizar e combater a violência e a desigualdade social dentro de seus muros.

## 4.3 A EXPERIÊNCIA DOS ESTUDANTES LGBTQIA+ EM ESCOLAS DO CARIRI PARAIBANO

Para melhor entender as vivências dos estudantes do ensino médio que fazem parte da categoria LGBTQIA+ do Cariri ocidental da Paraíba, foi feito entrevistas com egressos dos institutos educacionais apresentados anteriormente.

Entrevistados do instituto educacional denominado como E1 foram os seguintes: O primeiro foi um jovem de 26 anos, auto identificado como homem gay, que iniciou o ensino médio no instituto E1, depois transferiu para outra escola, vou chamá-lo João, atualmente ele reside na cidade do Instituto E1 e não está estudando formalmente, está se preparando para o ENEM e tentar uma faculdade de direito, além de trabalhar no comércio local.

O segundo entrevistado desse instituto, foi um homem adulto de 36 anos, gay, que vou nomeá-lo de José, que terminou seu ensino médio 2006 no instituto E1, reside também na mesma cidade do instituto, atualmente tem formação superior em pedagogia e exerce sua profissão em uma escola pública municipal.

Do instituto educacional E2, foi entrevistada uma jovem de 21 anos, a qual vou chamá-la de Maria, que se declara lésbica, terminou o ensino médio no ano de 2018, reside na cidade onde se encontra o instituto educacional E2, e atualmente cursa o ensino Técnico em Informática em nível superior em uma instituição pública, no momento não tem uma atividade remunerada fixa.

O segundo entrevistado do instituto E2 foi um jovem gay de 24 anos, o qual vou denominá-lo de Sebastião, que terminou o ensino médio no ano de 2016, e reside na mesma cidade do instituto educacional E2, atualmente está desempregado e está fora do campo de estudo.

Os entrevistados do instituto educacional denominado E3, são os seguintes; Mulher trans, de 21 anos, a qual vou chamar de Laila, terminou o ensino médio em 2018 no Instituto E3, atualmente mora em uma cidade grande fora da região do Cariri Ocidental da Paraíba, no momento está desempregada. O segundo entrevistado do Instituto E3, é um homem gay de 38 anos, o qual vou chamar de Paulo, atualmente ele mora na cidade do Instituto E3, está terminando o curso superior de Licenciatura em Matemática e exerce atividade remunerada na área.

#### **4.3.1 Ser LGBTQIA+ no Cariri Ocidental da Paraíba**

A região do Cariri da Paraíba, tem muitas de suas de suas tradições e cultura baseadas e alicerçadas no patriarcalismo e no machismo, onde ainda se preserva um binarismo sólido, que reforça a velha história de que homem é homem, e mulher é mulher, descartando qualquer construção social do gênero, e colocando o determinismo biológico com absoluto.

A grande maioria das cidades são de pequeno porte, não proporcionam nem um tipo de acolhimento ou oportunidades para esses sujeitos.

Desse modo os sujeitos da categoria LGBTQIA+, não conseguem se reconhecer em seu lugar de origem, os que detêm uma certa condição financeira, vão embora para as cidades de porte médio mais próximas, ou para os grandes centros urbanos, com a ideia de poder viver sua sexualidade e expressão de gênero.

Mas o que acontece com aquela parcela dessa categoria que não tem a oportunidade de sair dessa situação indesejada, como eles conseguem viver em um lugar que os hostiliza constantemente, e os coloca em uma situação de subcategoria social?

Em muitos casos, submetem-se a se invisibilizar socialmente, reprimindo suas vontades, suas expressões e seu verdadeiro “eu”, em troca de uma pseudo-aceitação no meio social dessas pequenas cidades, criando de certa forma um personagem que performatiza constantemente alguém que não se é.

Em outros casos, esses jovens buscam refúgio na vida religiosa, independente que igreja seja, a fim de fazer amizade e buscando por meio de uma respeitada instituição social sua aceitação no meio, reprimindo ainda mais sua orientação sexual ou expressão de gênero.

Entretanto, esses sujeitos que tentam reprimir sua sexualidade ou expressão de gênero para serem aceitos no meio social dessas pequenas cidades, acabam vivendo sua sexualidade e suas expressões de gênero no anonimato, marginalizando ainda mais sua essência.

Diante dessas situações encontradas nas cidades do Cariri da Paraíba, também temos aqueles sujeitos que se reconhecem com membros da categoria LGBTQIA+, e decidem não aceitar as condições impostas pela cultura heteronormativa e patriarcal desses lugares, e se atrevem a viver de todas as formas sua expressão de gênero e orientação sexual; para esses sujeitos as sanções sociais são mais severas, pois eles transgrediram a ordem social vigente.

No caso da entrevistada Laila, ela teve que sair de sua cidade natal para buscar oportunidades em uma cidade maior, e viver sua transição longe de olhos de pessoas que só à apontavam na rua e a chamavam de viadinho.

A esses transgressores cabe o não enquadramento na vida social, econômica, religiosa, e profissional dessas cidades, que os coloca às margens da sociedade e indignos de acessar qualquer direito assegurados por lei. Esses sujeitos passam a ser apontados nas ruas, a ouvir palavras de insulto e de desrespeito por onde passam e, o mercado de trabalho, que já é pequeno nessas cidades, se fecha ainda mais.

Como exemplo dessa limitação do mercado de trabalho, temos o caso de Sebastião, que após terminar o ensino médio não consegue iniciar a sua vida profissional, ele diz que falta espaço para as pessoas gay no mercado de trabalho.

“Os empregadores não têm coragem de empregar um gay, eles tem preconceito, e medo de perder clientes, por isso é complicado.”

Embora estejamos falando de cidades pequenas do interior da Paraíba, é preciso ressaltar que todo esses tipos de violência são reproduzidos dentro das escolas contra a categoria LGBTQIA+, e muitas vezes devido as famílias não saberem ou não aceitarem a condição da sexualidade ou de gênero desses jovens, esses crimes são silenciados pelas vítimas, que passam a ser agredidas todos os dias em seu ambiente de estudo, sem ter nem uma ferramenta de defesa, e essas agressões só cessam quando os agressores se cansam ou a vítima abandona seu espaço nas instituições escolares.

#### **4.3.2 Memórias e vivências nas escolas do Cariri Ocidental**

As experiências vividas pelos sujeitos dessa pesquisa nos espaços escolares que frequentam, além de serem ricas para análise dessa pesquisa, apresentam conteúdos variados, que nos levam a compreender quão complexa é a rotina escolar dessa categoria. Para alguns, os desafios começam pela dificuldade de se chegar até a escola e acessar o direito à educação.

Logo quando comecei a estudar eu morava na zona rural, aí para ter acesso à escola tinha que pegar ônibus de manhãzinha, passava a manhã estudando, e tinha umas questões de bullying na escola essas coisas, e isso foi bem desafiador. (Maria, mulher lésbica cis)

Nesse momento é importante perceber, que além das situações de preconceito e violência enfrentadas por estudantes da comunidade LGBTQIA+ dentro das escolas, eles também têm que lidar com as problemáticas comuns a todos os outros estudantes, e uma delas é o acesso.

Morava no sítio, vinha estudar de pau de arara, saía de doze horas, chegava de uma hora, estudava de uma até cinco e meia. Uma das minhas dificuldades nesse tempo era minha timidez, como eu vinha diretamente do sítio, eu não tinha dificuldade de se relacionar, eu tinha relação boa com todos, mas se conversassem comigo. Aquela época tinha uma diferença, de quem era da rua e de quem era do sítio hoje o povo do sítio é mais avançado que da cidade, mas naquela época chamava de matuto. (Paulo, homem gay cis)

Por serem pobre, e buscarem a todo custo uma resolutiva para sua situação de vida, algumas dificuldades passam despercebidas ou são encaradas como apenas mais um elemento da rotina diária desses esses sujeitos, fortalecendo ainda mais o desejo de vencer e se afirmar.

Muitas vezes o ambiente escolar pode se mostrar agressivo contra pessoas LGBTQIA+, desqualificando-os e tentando mostrar a todo custo que aquele espaço não é lugar para eles, e caso insistam em ocupá-los, tem que submeter-se às normas de dominação existentes. Um exemplo desse elemento dentro dos espaços educacionais é a fala da entrevistada Maria, que relata uma memória de sua vida estudantil antes de entrar no ensino médio.

Sim, pegando pela memória agora, lembrei que no nono ano eu nem queria entrar na escola, eu chegava no portão e fazia aquela coisa, gazeava aula. O ambiente era tão pesado que eu preferia não entrar na escola, só voltei a frequentar depois que fui ameaçada a ser expulsa, isso me afeta até hoje, eu sempre acho que não sou capaz de terminar nada, lembro de tantos comentários e me sinto incapaz. A escola é lugar para os iguais, os diferentes sofrem muito dentro dela. (Maria, mulher lésbica cis)

O que mais chama atenção nessa fala é a questão de colocar a escola como padronizadora de seus frequentadores, onde deveria ser um ambiente que acolhe todo tipo de diversidade e diferença.

Em contraponto a essa fala, na conversa com o entrevistado Sebastião ele já traz um argumento contrário a fala de Maria. Ele diz que sempre soube que aquele lugar era dele por direito, embora tivesse consciência que algumas pessoas achavam que não, mas ele não abriu mão de ocupar aquele espaço.

Eu sempre soube que lá era meu lugar, embora tivessem pessoas que não achavam isso, mas era o que eu gostava, as pessoas que estavam lá era quem me fazia mal, eu dizia: não, eu tenho que estar aqui, e eu sei que tem gente igual a mim que passa por isso, será que eles desistiram também? Não. (Sebastião, homem gay cis)

Percebe-se nesse ponto uma consciência de direitos e uma percepção de que, ao fazer questão de ocupar os espaços, essa ocupação vira resistência que, por sua vez, torna-se uma arma para o combate à homofobia.

O convívio dos informantes das pesquisas com os demais alunos foi feito de altos e baixos, mas com preconceito constante. Porém com o agravante que o preconceito está constantemente apontado para cada sujeito dessa categoria. Fazendo que eles se retraem em seus relacionamentos pessoais dentro das escolas, buscando cada vez mais, grupos seletivos de colegas, algumas vezes da mesma categoria, com o intuito de unir forças para resistirem aos ataques frequentes, outras de categorias diferentes da sua, afim de se socializar com os demais,

e também em alguns casos, esses sujeitos procuram se isolar, na busca de um anonimato e uma autodefesa.

Segundo Paulo (homem gay cis), “Quando eu estava se aula, no máximo eu ficava na porta da sala, ficava com uma colega, eu e ela, as vezes eu ia no pátio, mas era muito difícil”.

Nessa fala do estudante Paulo, pode-se perceber a busca por uma invisibilidade dentro da escola, onde, quanto menor for percebido menos será atacado ou hostilizado.

Era a forma de me proteger, isso realmente acontece, de você se esconder, de você sofrer de uma maneira, escondendo outra coisa, eu já não andava, não falava coisas na sala de aula para ninguém ficar soltando piada e algo desse tipo, isso era a realidade. (Paulo, homem gay cis)

O estudante João, também colocou essa questão ao afirmar que preferia ficar andando sozinho no pátio da escola, a estar em turmas ou em locais comuns aos demais alunos.

Ainda sobre o contato da categoria LGBTQIA+, dentro do ambiente escolar, outros sujeitos buscam interagir de uma forma mais ampla com os demais colegas de escola, eles entendem que essa forma de interação gera uma certa proteção e aceitação de sua expressão de gênero ou orientação sexual.

Eles (os meninos) ficam mexendo com a gente, aí eu pensava, vou fazer amizade com os homens, aí eu não sofro essa homofobia, e tento combater quando eles mexerem com outros, entendeu? Eu sempre fui de fazer amizade com homem, mais homem que mulher no tempo da escola. Comigo eu não via essa homofobia, mas quando passava outra pessoa da mesma classe (LGBT) eles faziam a mesma coisa e eu combatia, entendeu? Os meninos ficavam soltando piadinha, e a vezes ficavam dizendo, “é, mas eu acho que tu pegava”, essas coisinha, mas comigo, né, teve um tempo que parou, e passou a ser com outras pessoas. (Laila, mulher transgênera)

É interessante perceber que na falta de mecanismos de defesa e proteção contra o preconceito e a discriminação a criatividade passa a ser um elemento importante para minimizar esses assédios, todavia falta de empatia da categoria heteronormativa com a LGBTQIA+, é algo preocupante dentro das escolas.

A gente ficava no pátio. Tinha lá uma mesa de pingue-pongue e a gente ficava conversando - eu e meus amigos, todos gays. A gente ficava conversando de prova, notas, de divas pop - porque gay adora falar de divas. Eu sou fã da Riana, e quando falavam dela eu tinha que defender. Essas coisas de gay (riso). Na hora do almoço a gente ia para fila e junto também, é. No meu grupo tinha pessoas que dançavam, sabe? Aí depois do almoço a gente ia para sala, eu ficava lá sentado dormindo e eles ficavam dançando (Sebastião, homem gay cis).

Em sua fala a estudante Sebastião, especifica sua segurança e preferência de ter contato no ambiente escolar com sujeitos LGBTQIA+, e enfatiza que mesmo seu grupo de amizade sendo todos da mesma categoria e tentando ao máximo se proteger através do isolamento, ainda sofriam ataques e discriminação dentro do ambiente escolar.

Eu sempre fui neutra. Tinham pessoas que procuravam confusão pelo meu grupo de amizade, que eram geralmente aqueles gays espalhafatosos e tal. Eles ficavam atacando meu grupo, mas em relação a outras coisas eram normal também, é tanto que eu não conheço outras pessoas que estudaram em outras salas e na escola em geral. As pessoas me conheciam já por andar com os gays espalhafatosos. Eu não procurava outras amizades, era meu grupo de amizade e ponto. Eu era desconfiada mesmo, não conseguia estabelecer conexões. Em determinado momento eu entrei na banda da escola e fiquei bastante conhecida. (Maria, mulher lésbica cis)

Depois de analisar todas as falas sobre a questão da convivência e relacionamento no ambiente escolar, percebe-se que aí está o principal embate para permanência nas instituições escolares São esses relacionamentos e contatos que vão fazer da vida estudantil uma experiência suportável ou não para os sujeitos LGBTQIA+. Essas experiências de convívio também podem ser determinantes para o prosseguimento ou interrupção da jornada acadêmica da categoria

Teve um tempo que eu perdi o gosto de ir para escola, pensei muito em desistir, mas eu não queria dá o gosto aquelas pessoas que zombavam de meu comportamento, toda vez que tinha uma prova eu só queria tirar dez, para mostrar que eu era melhor. Depois a vontade de desistir passou. ( José, homem gay cis)

Nem sempre as lembranças escolares dos sujeitos LGBTQIA+, são as melhores, muitas vezes essas lembranças vêm acompanhadas de um sentimento de rejeição e revoltas por seus colegas e professores.

Por isso, possivelmente, as marcas mais permanentes que atribuímos às escolas não se refere aos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se refere a situações do dia a dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professores e professoras. (LOURO,2021 p.22)

### **4.3.3 Violência física e simbólica contra pessoas LGBTQIA+ no espaço escolar**

Durante o processo de entrevistas foram relatadas diferentes formas de violência contra os sujeitos da categoria LGBTQIA+, algumas sofridas pelos sujeitos da pesquisa, outras presenciadas por eles.

Entre relatos de violência e discriminação no ambiente escolar, tem maior índice de acontecimentos e naturalização a violência verbal, que se manifesta através de comentários preconceituosos, palavras ofensivas e, em sua maioria, disfarçadas em comentários e brincadeiras, carregadas de machismo e discriminação.

Vale lembrar que o preconceito e a discriminação que acontecem dentro da escola não são exclusividade da categoria LGBTQIA+, embora ela seja alvo preferencial dessa violência. As pessoas que praticam o bullying estão atentas a todos os sujeitos que se comportam diferente e que também divergem dos padrões de beleza impostos pela sociedade e reafirmados pela escola. Essas pessoas que não precisam ser necessariamente da categoria LGBTQIA+, também sofrem o com o peso de uma instituição educacional que não trabalha ou proporciona dentro do seus Projetos Pedagógicos momentos para refletir sobre a violência verbal e psicológica. Quando esses momentos são negados ou negligenciados, os maiores afetados são os alunos que estão passando por essa problemática no momento, e a escola inverte seu papel de protetora para cúmplice desses violentadores que se instalam dentro de suas paredes.

Por muito tempo eu fui alvo. Por ser mais masculina, os meninos mexiam muito comigo, faziam listas das meninas mais atraentes e eu sempre era a última por ser mais masculina. Também tinha uma gordinha que era alvo, eles diziam que quando ela andava tremia o chão. Não era só com a gente, tinha um menino alto que era alvo também. Todo tipo de diferença era motivo de piadinhas. Só que é aquela coisa: nem todo mundo se afeta da mesma forma. (Maria mulher lésbica cis.)

Como foi falado anteriormente, a categoria LGBTQIA+, não é exclusiva como alvo de em sofrer discriminação e preconceitos, mas é o alvo preferido especialmente quando, além de transgredir a cis-heteronormatividade, não se enquadra nos padrões de beleza desejáveis

Assim, cara, foi um negócio meu percurso escolar. Quando a pessoa é criança, às vezes não tem noção de certos assuntos e você não para para pensar certas coisas. A pessoa quer brincar, quer viver... No ensino fundamental foi um negócio que ainda me marca. Eu não era assumido, eu olhava para menina, achava interessante, olhava para menino... Eu não era assumido, aí começou o preconceito: “você é viado”. Contou muito a minha aparência, né, por eu ter um nariz grande, exuberante, por minha forma física, por eu ser um pouco mais gordinho. Aí juntava a questão de me chamar de viado. Aí, quando você não é assumido, é algo que pesa muito na sua vida, porque você nega até o fim, mas no seu íntimo você sabe que aquilo é um pouco de verdade, e aquilo me fazia muito mal, aí no nono ano eu já estava saindo, foi onde eu realmente me assumi (Sebastião, homem gay cis.)

A discriminação aparece em dobro culpabilizando por algo que é exterior a ele, que foge de seu controle, no caso aqui, a sua sexualidade e sua aparência física.

É necessário perceber que a violência verbal ou psicológica acontece repetidamente e com maior frequência contra aqueles sujeitos que não se opõem a ela, que internalizam e guardam ela dentro de si. Quando isso acontece, as pessoas que provocam essa violência se

sentem fortalecidas na fraqueza do outro e confortáveis para provocar várias vezes esse tipo de violência.

O aluno Paulo, em sua fala disse que já sofreu violência verbal dentro da escola, apenas por estar andando com uma amiga, porém no momento ele não revidou e nem se defendeu.

No meu caso, Adílio, no meu caso eu sofri uma vez, mas eu não reagi de forma alguma, eu fiquei na minha, fingi que nada tinha acontecido. Como os outros reagem eu não sei dizer, mas no meu caso eu fiquei na minha, como se nada tivesse acontecido. (Paulo, homem gay cis)

A fala de ação nesse caso aponta para a falta de percepção de que a discriminação é um crime que só passa a ser punido quando os sujeitos se impõem diante dessa violência, através de busca de direitos, assumindo seus lugares na sociedade e nos espaços públicos

Os alunos colaboradores desse trabalho alegaram que nunca sofreram violências físicas, devido a sua orientação sexual, ou expressão de gênero, porém já vivenciaram colegas de escola sendo vítimas desse tipo de violência dentro das instituições escolares, e na de forma velada ou às escondidas mas exposta a todo público.

O caso que mais chamou atenção foi de um aluno que era agredido com frequência pelos colegas de turma conforme relatado por João:

Ele não era da minha turma, mas quase todos os dias os meninos batiam nele, pelo jeito dele, como ele andava e se comportava. Uma vez os meninos trancaram ele dentro de uma sala de aula e foi um monte para cima bater nele, tinha até vídeo disso. Outra vez, com esse mesmo menino, estava chovendo aí os outros deram um chute nele, e ele caiu em uma poça de lama. (João, homem gay cis)

Outro relato sobre violência física aconteceu com o aluno A2, esse caso não foi presenciado, mas sofrido por ele dentro da escola que frequentava.

Sempre fui na minha, nunca fui de muita conversa, já para ninguém mexer comigo. Mas teve um tempo que um menino que era da minha sala começou a toda vez que me via dava uma tapa nas minhas costas e dizia; “oi, viado”. Isso aconteceu várias vezes, até que um dia sem querer um professor viu e chamou atenção dele. Desse dia em diante ele parou. No tempo eu nem sabia o que estava acontecendo, hoje depois que me formei, eu sei, que aquilo era violência física. (José, homem gay cis)

Esse relato mostra a importância da intervenção do professor ou de alguma outra figura de autoridade dentro do ambiente escolar, mostrando que um olhar atento, pode sim, combater a homofobia ou comportamentos violentos dentro da escola.

Fica difícil imaginar que certas coisas possam vir acontecer logo na escola, que é sinônimo de segurança para as crianças e jovens, todavia não é justo condenar a instituição escolar pelo comportamento de certos alunos que a compõe, de certo, esses comportamentos também são reflexos do meio familiar e rodas sociais que eles frequentam, e muitas vezes com consentimento de seus responsáveis, me reporto a escola como órgão de proteção, que deveria ter consciência do que se passa em seus corredores e salas, e promover ações para evitar certos comportamentos e atitudes nocivas aos demais alunos.

Seria até de certo modo reconfortante se a violências sofridas na escola relatadas pelos alunos da categoria LGBTQIA+, que colaboram com esse trabalho de pesquisa, viessem apenas dos colegas de sala ou de escola, na verdade não é confortante, nem aceitável, que essa violência vinha de outros membros do corpo da escolar, mas a realidade infelizmente é outra.

A discriminação e o preconceito encontrados na escola, são também reproduzidos por alguns professores que cultivam ideias conservadoras, fundamentalista cristãs e se baseiam no determinismo biológico. De uma forma arbitrária e violenta, esses profissionais constroem alunos em seu ambiente escolar, e diante de demais colegas de sala ou de escola, colocando sua verdade com absoluta e desmerecendo a singularidade de cada sujeito ali presente.

Acho que dentro da escola os professores deveriam ser pessoas que você recorre dentro da sala de aula e possa lhe proteger, não as pessoas que vai te dar o golpe final, aquele golpe de misericórdia. Para mim foi o que ficou mais marcado, porque de alunos você entende, que os alunos são espelhos dos pais, agora você ver um professor repetindo isso dentro de sala de aula, é o pior. (Maria, mulher lésbica cis)

É dura para os alunos perceberem que essa intolerância vem de alguém que muitas vezes é admirado por eles, ou tem um vínculo afetivo com essas pessoas, esse tipo de atitude desconstrói imagens e afasta os sujeitos de agressiva e dolorosa do seio escolar.

Entre todas as instituições pesquisadas apenas em uma foi detectado relatos de intolerância clara por parte de professores, segundo os entrevistados, essa intolerância acontecia especificamente em dois momentos: na aula de biologia e no ensaio da banda marcial da escola.

Tinha uma professora lá, que tinha uns comentários bem idiota [sobre] essa coisa de gênero: que Deus fez isso não fez aquilo, aqueles comentários. Porque a criatura era evangélica, por isso que ela tinha esses comentários. Não muito comigo, mas com meu amigo, era uma coisa bem disfarçada, ela não podia exercer a homofobia dela, aí ela caprichava nos comentários. (Sebastião, homem gay cis)

Para complementar o relato do aluno Sebastião, analisemos a experiência da aluna Maria, em sua vivência escolar.

Tinham outros que reproduziam o preconceito dentro da sala de aula, tinha uma professora que era evangélica, isso eu já acho meio contraditório, mas deixa pra lá. Ela dava aula, isso foi no terceiro ano em específico, ela dava aula, e lá na minha sala de LGBT tinha eu e tinha uma amiga Trans, que até aquele momento não tinha se descoberto Trans. Ela disse que não adianta nada, mudar nada, que sempre as pessoas vão continuar sendo homem ou mulher, por causa de seus cromossomos. Minha amiga Trans, ficou arrasada, e sempre que ela [a professora] tinha oportunidade, mesmo em outras aulas, ela repetia isso várias vezes, e repetia e repetia... Por isso que eu digo que ela tinha uma forma escancarada de preconceito. Ela deveria ter mais um pouco de consciência, que é claro que se você se descobrir Trans não vai mudar seus cromossomos, isso é fato, não vamos discutir contra a ciência, mas Trans é gênero que você vai se apresentar para a sociedade você não vai mudar sua biologia, ela deveria saber a diferença entre a sociedade e a ciência. Ela não soube. (Maria, mulher lésbica cis)

Embora as falas sejam de alunos diferentes, os relatos apresentam uma grande semelhança. O curioso é que, ambos os alunos Maria e Sebastião estudaram na mesma instituição de ensino, porém em anos diferentes, não chegando a ser nem colegas de escola. Mais curioso ainda é que se analisarmos a fundo parece estarem falando da mesma professora, levando a concluir que esse comportamento vem se repetindo há anos, e a escola não tomou nenhuma providência em relação ao comportamento nocivo dessa professora.

Esses relatos transpassam a sala de aula, também foram vividas experiências de violência moral em outros segmentos e projetos da escola voltados a atividades extraclasse, dos quais os alunos participam. Mais interessante é que esses projetos voltados para arte e cultura tem como um dos seus objetivos fomentar e promover a inclusão dos alunos, aproximando-os uns dos outros, apesar de não conhecer os norteamentos do projeto, com certeza o que foi relatado desconsidera todos eles.

Os gays da época que eu tocava [na banda da escola], sonhavam em tocar pratos, e meninas como eu queria tocar fuzileiro, só que ele disse que não colocaria viados para tocar pratos porque viados são muitos espalhafatosos e ao bater os pratos ia ficar feio. E meninas não iam tocar fuzileiros devido à estatura, não ficava bonito mulheres tocando fuzileiro. É tanto que passei quatro anos tocando, três anos tocando lira e um trombone, e os meninos, os gays os viados, como ele dizia, ou tocava lira ou tocava atabaque, não tinha outra opção. É esses preconceitozinhos, e esse mesmo professor fazia piadas tipo: “ah, tu tem cara de flex, à tu tem cara de passivo, tu tem cara de não sei o que”, só para os outros rir, sabe? Todo viado que passava ele dizia: “esse tem cara de flex” e os outros caíam na risada. Essas coisas partiam do professor. (Maria, mulher lésbica cis).

Refletindo sobre a fala da aluna A3 e o comportamento desse profissional citado, me remeto a importância do Projeto Escola sem Homofobia para educação do país, e como ele teria sido uma ferramenta indispensável na capacitação de todos que compõe a escola, e estão inseridos dentro delas, e envolvidos na formação social e educacional das nossas crianças e jovens.

#### **4.3.4 Buscando apoio no ambiente escolar**

Segundo as conversas com os alunos que colaboraram para realização deste trabalho, a escola não foi naquele momento o lugar indicado para a busca de apoio no combate à discriminação e à violência contra a comunidade LGBTQIA+. Eles afirmam isso tendo como base as experiências vividas e testemunhadas dentro da escola, que foi omissa na punição dos agressores.

Eu me sentia uma pessoa sem... Sem proteção dentro da escola. Como não acontecia nada, eu me sentia um lixo, era isso que coloquei na minha cabeça. Eu já tinha medo de me abrir para minha família, sempre todo mundo já soube, mas eu tinha medo de me abrir, pressão psicológica, também quando eu ia dizer que tinha sido chamada de viado a direção, eles só falavam “e tu é?” Só falava isso. (Laila, mulher trans)

Também a falta de profissionais qualificados e mais do que isso, que sejam sensíveis à causa, de forma que não superprotege os sujeitos da categoria LGBTQIA+, mas que lhe proporcionem direitos, entendendo suas demandas e necessidades, protegendo a dignidade humana que está como direito tanto na Constituição Federal com na LDB.

Muitas vezes os professores e a direção escolar tratam a homofobia existente dentro da escola como qualquer outro probleminha entre os alunos, ignorando por completo atitudes de violência e agressão entre os sujeitos, banalizando o preconceito e tantas outras formas de discriminação.

Percebe-se que os alunos da categoria LGBTQIA+, querem apenas se sentir acolhidos dentro das escolas, buscando uma sensação de pertencimento naquele local que por inúmeras vezes e de formas tão veladas e silenciosas os exclui e os inviabiliza.

Um dia tive um problema com uma menina que vivia me chamado de viado; fui na direção pedir para que eles resolvessem, eles disseram que não podiam fazer muita coisa, [que] eu mudasse um pouco meu jeito, e qualquer coisa eu falasse com minha mãe. Mas como eu ia falar com minha mãe se ela não sabia da minha sexualidade? (José, Homem gay cis)

Outra atitude que desqualifica a confiança na escola entre os alunos, é a culpabilização das vítimas. Os sujeitos que sofrem algum tipo de discriminação ou violência, ao invés de ser acolhidos, são acusados pelo seu jeito de falar, seu comportamento, e suas atitudes, como se isso justificasse a violência sofrida por eles.

Um colega meu uma vez teve uma discussão com um menino de outra turma porque ele estava rindo e fazendo piadinhas com ele. Uma professora ia passando e, ao invés de defender meu amigo que estava sendo ridicularizado, começou a reclamar com ele e, depois de tudo, se justificou dizendo: “também, você tem esse jeitinho”. Foi triste isso. (João, homem gay cis)

São essas atitudes e comportamentos que afastam a categoria LGBTQIA+ da escola e do seu percurso escolar. Os sujeitos começam a ver as instituições educacionais não como parceiras na luta por direitos, mas como reguladoras e doutrinadoras, reproduzindo uma dominação estrutural e valores tão mesquinhos existentes no campo social.

A falta de companheirismo da direção escolar também é um dos impasses para consolidar a confiança nas instituições escolares pelos sujeitos LGBTQIA+. Os alunos egressos e colaboradores desse trabalho de pesquisa indicam um certo distanciamento e desinteresse por falta da gestão escolar quanto aos assuntos e problemáticas vivenciados por essa categoria, sempre sendo colocados em segundo plano ou esperando que algo mais grave aconteça para que atitudes sejam tomadas.

Não adiantava muito. A gente ia à direção, o menino levava uma chamada e voltava pior, fazendo mais piadinhas com você. Aí eu aprendi a não me importar muito, entendi que todo mundo é diferente e, por mais que as pessoas fizessem as coisas, o que importava é que a gente levantasse a cabeça e segue em frente. Foi isso que aprendi. (Maria, mulher lésbica cis)

As falas desses alunos alegam a inoperância da gestão escolar, não só com a falta de punição contra os agressores, mas na falta de projetos que apoiem esse público dentro das escolas. Não necessariamente tratando da homofobia diretamente, mas que de certa forma traga as questões de bullying para o debate, como meio de conscientização e apoio aos alunos que sofrem essa violência. Em maioria, os alunos disseram que as escolas onde estudavam não colocavam o bullying como pauta permanente, ao invés, uma vez por ano faziam uma campanha, como se ele só acontecesse naquela época.

#### 4.3.5 O ensino de sociologia e o convívio com a diversidade de identidade de gênero e sexualidade

Diante da convivência ou reforço institucional à homofobia e transfobia presente nos documentos e nas posturas de gestores e docentes, as aulas de sociologia poderiam servir como contraponto. Essa foi uma das hipóteses dessa pesquisa, pois a disciplina de sociologia é uma ferramenta importante no combate das discriminações e preconceitos. Fazendo entender que o campo social é formado pela diversidade humana.

Alguns relataram que nem aula de sociologia tiveram no decorrer de seu percurso escolar, os que tiveram, afirmam que a disciplina era ministrada de qualquer forma, e os temas e assuntos abordados tinham pouco interesse ou nem um para os alunos.

“Eu não fui apresentada a essa aula, então eu não sei nada sobre ela por conta disso. Nunca fez falta” (Laila, mulher trans.).

Essa aluna terminou seu ensino médio no ano de 2019. Em outras colocações, os alunos questionam a precariedade do ensino da disciplina pelos professores à frente da matéria. Relataram que tiveram professores com outras formações, alguns próximos à aposentadoria, e postos em sala pela direção apenas para preencher carga horária, eles também relatam que são professores de outras formações.

Eram aulas super maçantes, chatas, e parece que não acabava nunca. Dependia muito do professor, quando o professor não inova, né, os assuntos de sociologia é nada para muita gente. Eram muito maçante as aulas, não tinha assuntos interessantes (...) já a professora era formada em geografia, acho que uma coisa não tem nada a ver com a outra, né? Embora ela traga pautas importantes, eu não gostava, era desinteressante as aulas (Sebastião, homem gay cis)

A falta de profissionais da área dentro das escolas, contribuem para o desinteresse dos alunos com disciplina, porém esse relato é de forma real a situação de várias escolas do país, que tem um professor de outras áreas ministrando sociologia, e dessa forma desqualificando os demais profissionais da área.

Eu era louco para estudar sociologia, mas quando tive contato com a disciplina eu odiei. O professor não ajudava, trazia umas revistas mandava a gente ler só. Eu era doido para debater assuntos polêmicos, como sexualidade, mas não aconteceu. Passei três anos assim, depois soube que o professor era formado em educação física, foi outra decepção. (José, homem gay cis)

A grande ferida do ensino de sociologia das escolas públicas aqui estudadas sem dúvida é a infiltração de profissionais de outras áreas lecionando a disciplina. Fica claro nas falas dos

alunos que, assim com as outras áreas, é necessário ter formação para a condução da disciplina, a sociologia é tratada como um capricho da direção ou das esferas de poder, e não como uma ciência.

Não, por essa questão de ser uma matéria esquecida, colocava professores que já estavam pra lá de se aposentar. Sociologia e filosofia na minha escola não eram valorizadas. Se um professor não dá importância aquilo que está ensinando, eu também não vou dar. Passa atividades e leituras de qualquer jeito. (Maria, mulher lésbica cis)

É preciso entender a importância do ensino de sociologia e do profissional da área dentro das escolas, não apenas na sala de aula, mas, para se pensar questões atuais e suas estruturas a partir do olhar treinado dos Cientistas Sociais.

Nessa questão que está sendo levantada nesse trabalho de pesquisa, a disciplina de sociologia deveria ser aliada da categoria LGBTQIA+ em suas lutas e resistência na ocupação e permanência de espaços que são seus por direito. Mas para que essa parceria acontecesse, seria necessário ter profissionais da área atuando dentro dessas instituições escolares.

É preciso pensar e valorizar a atuação da classe desses profissionais no campo educacional, pois a sociologia é uma arma poderosa na libertação intelectual dos estudantes e de uma população.

## 5 O QUE DIZEM OS LIVROS DIDÁTICOS

É preciso buscar ferramentas para subsidiar os projetos, ações e iniciativas no âmbito escolar em combate a discriminação contra a categoria LGBTQIA+, e uma das principais maneiras é a informação. Nesse campo informacional o livro didático é uma ferramenta fundamental nesse processo, falo em especial os livros de sociologia adotados pelo ensino médio nas escolas, e para ser mais cirúrgico, as maiores escolas em número de alunos do cariri ocidental da Paraíba.

Temos que ter o entendimento que muitas vezes os alunos têm o primeiro contato com determinados assuntos ou debates através dos livros didáticos, por isso é preciso saber qual tipo de informação esses livros trazem para os alunos, e para serem colocados nos debates na sala de aula, em que fontes e formas os temas voltados à sexualidade e gênero estão sendo abordados no livro didático, e como os alunos absorvem essas informações. O livro didático hoje é uma das ferramentas mais utilizadas no processo educativo, por isso devemos nos atentar às reflexões e problematização de certos assuntos que eles trazem.

Além disso, é fundamental analisar os conteúdos e currículos existentes no livro didático que ainda impõem padrões normativos injustos e violentos no que se refere ao gênero e à sexualidade.

As representações sobre o que é ser homem ou mulher existentes em alguns livros escolares não é mero espelho da realidade social, eles recriam modelos existentes e impõem padrões, esses padrões dividem as pessoas entre as que são socialmente reconhecidas e aceitas como normais, e as que serão obrigadas a lidar com sua recusa e repreensão moral.

A sexualidade e o gênero de alguém deve ser livre e respeitada, não um elemento delimitador e opressor de sua dignidade e direitos, é esse o debate que os livros didáticos deveriam abordar em relação a esses temas.

Entre tantas outras obras voltadas para o ensino de sociologia adotadas nas escolas do país, as mais comuns e presentes nas bibliotecas das escolas do Cariri da Paraíba são as seguintes: “sociologia para o Ensino Médio” de Nelson Dacio Tomazi, “Sociologia Hoje” de Igor José de Renó Machado, Herique Amorim e Celso Rocha Barros, “Tempos Modernos Tempos de Sociologia” de Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Julia O’Donnell, e também o livro “Sociologia” de Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim, todas as obras citadas são de volume único.

Essas obras são adotadas pelas escolas como livros didáticos oficiais da disciplina de sociologia, será feita uma análise direcionada, de como o tema gênero e sexualidade estão colocados nessas ferramentas pedagógicas, e qual tipo de informações os alunos estão tendo para nortear e forma suas opiniões, vale ressaltar que essas obras foram selecionadas devido à familiaridade que alunos e professores têm com elas na sua rotina escolar.

As obras foram analisadas de forma individual, para uma melhor compreensão, avaliação e interpretação de dados ou conteúdos encontrados em cada um dos volumes estudados.

O livro didático “Sociologia do Ensino Médio” de Nelson Dacio Tomazi permeia entre como os indivíduos se relacionam na sociedade, até as mudanças sociais do Brasil atual. Porém quando se trata da igualdade de gênero, ou categoria LGBTQIA+, o livro é omissivo diante esses temas, e não adentrar nesses debates em momento algum, a unidade que vem a sinalizar que esses temas possam ser tocados é a unidade VI, que trata de “Cultura e Ideologia”, porém dentro dos assuntos que se apresentam nessa unidade, é deixado de lado mais uma vez pelo autor as questões de gênero e de sexualidade.

Em uma época em que as diferentes formas de manifestação da sexualidade e de gênero têm se tornado alvo de várias pesquisas e trabalhos acadêmicos, o autor parece não se interessar pelo o tema, ou não acha que o mesmo tem relevância na formação dos alunos que usam sua obra como norte para seus estudos sociológicos.

Em modo particular o livro didático “Sociologia para o Ensino Médio”, deixa de lado qualquer debate ou ideia que traga a discussão da heteronormatividade nos espaços educacional e no convívio escolar.

O livro “Sociologia Hoje” de Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha Barros, apresenta alguns elementos diferentes e interessantes, porém sem grandes profundidades, ou um debate mais fundamentado coexistente.

Já no capítulo 3, que é intitulado “Outras formas de pensar a diferença”, na página 75, já se aborda o conceito de identidade de gênero, colocando a importância de se pensar a diferença em um mundo fragmentado de opções e onde múltiplas diferenças se apresentam a qualquer pessoa. No capítulo 5, que traz como título “Temas contemporâneos da Antropologia”, o livro traz uma discussão sobre o gênero, e coloca essa relação do comportamento heteronormativo em vários ambientes, seja ele familiar ou social.

É também abordado no capítulo 13, que tem como, “Sociedade diante do estado”, na página 293/294, a problemática e a luta do movimento LGBTQIA+ no Brasil, suas reivindicações, anseios e desafios, com uma visão voltada para parada do orgulho LGBTQIA+, mostrando sua força como um dos principais movimentos de cunho social do Brasil.

A obra também traz alguns *cartuns* que nos leva o debate sobre a heteronormatividade na sociedade e no meio escolar, de um ponto de vista crítico é de uma forma interessante e criativa de estimular esse diálogo dentro da sala de aula.

Embora não apresente um capítulo específico para tratar as questões de gênero e sexualidade com solidez, o livro didático dá uma certa importância e visibilidade ao debate em seu conteúdo, embora ainda de forma tímida e pacata o autor traz questões para vivência escolar.

Já a obra “Tempos Modernos Tempos de Sociologia” de Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Julia O’Donnell, é dividida em três partes; I-Saberes cruzados, II-A sociologia vai ao cinema e por último, III-A Sociologia vem ao Brasil.

Na I e II parte, o livro trata da consolidação da sociologia no mundo, como ela explica certos fenômenos sociais, políticos e financeiros, e também como ela trouxe à tona certos problemas para o debate aberto na sociedade.

A parte III do livro, relata a problemática brasileira pelos olhos da sociologia, e quais alternativas os grupos sociais brasileiros devem tomar para sanar suas feridas. Embora trate da problemática do país, em momento algum a obra cita as questões de gênero e de sexualidade, tão frequentes nos nossos dias, salve no capítulo 19, que traz o tema “Participação política, direitos e democracia”, na página 306, onde é retratada através de uma foto a Parada LGBTQIA+ do Recife-PE, onde segue uma nota de rodapé dizendo que a Parada é uma luta da comunidade LGBTQIA+, contra o preconceito, esse é a única informação que o livro traz sobre as políticas públicas voltadas para esse público categoria.

O livro didático “SOCIOLOGIA”, de Silvia Maria de Araújo, Maria Aparecida Bridi e Benilde, Lenzi Motim. Já em seu capítulo 3 quem tem como tema; “A família no mundo de hoje”, na página 78, as autoras trazem uma abordagem sobre os tipos de família que constituem a sociedade brasileira, e coloca a família homoafetiva dentro desse contexto, diante das demais obras analisadas, isso é um ganho, onde nem um outro autor citou essa configuração familiar tão presente em nossos dias.

No mesmo capítulo na página 97, trata do casamento homoafetivo e sua importância para o processo de conquista de cidadania da comunidade LGBTQIA+ no Brasil. Porém como

as demais obras, o aprofundamento das questões de gênero e sexualidade não acontecem, e mais uma vez as questões da sexualidade e gênero são colocadas de forma binária.

É notório a falta de aprofundamento e interesse dessas obras nas questões de sexualidade e gênero, onde em seus conteúdos elas não conseguem transpassar um simples sistema binário socialmente exposto.

É importância de se ter um debate amplo nos livros didáticos, se não amplo, mas que seja pelo menos aprofundado, trazendo definições vá além do sistema binário. Que perceba a urgência de uma educação reflexiva que possa superar intolerâncias e o preconceito existentes no campo educacional e escolar, quebrando esses posicionamentos conservadores de sistemas tradicionais da sociedade que atuam a favor do binarismo biológico do “ser homem e do ser mulher”, ser “heterossexual ou homossexual”, criando assim um aspecto de anormalidade a todos que vão contra esse sistema , principalmente os demais subgrupos existentes na categoria LGBTQIA+, que não se reconhecem dentro desse padrão estabelecido pela sociedade e reproduzido pelas escolas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados sobre o tema proposto por esse trabalho, foi possível chegar à conclusão que o intuito de desvendar e analisar a problemática e desafios da comunidade LGBTQIA+ nas escolas do Cariri Ocidental da Paraíba foi satisfatório.

Os resultados foram alcançados mediante estudo, que envolveu análise de documentos que norteiam a política educacional do nosso país, livros didáticos de sociologia adotados nas três escolas em que os sujeitos da pesquisa estudaram, entrevistas com estudantes que cursaram o ensino médio Cariri Ocidental da Paraíba, que vivenciaram as questões levantadas por essa pesquisa no decorrer de suas vivências escolares, e ainda, uma breve consulta aos professores de sociologia das três instituições de ensino que estão no chão da escola, e atuam na disciplina de sociologia.

A análise dos documentos e leis que dão base, parâmetros e regulamentam a educação brasileira, foi bastante importante para entender de que forma o direito a educação é ofertado para a população de uma maneira geral, e como esses documentos e leis precisam ser alteradas para um melhor acolhimento daqueles estudantes que não comungam de uma cultura majoritária heteronormativa cis estruturada dentro das escolas.

Os documentos que balizam o sistema educacional do país como a LDB, devem ser revisados e atualizados, para proporcionar um acolhimento escolar pautado na dignidade humana e um currículo diversificado, onde atende de forma igualitária todas as diferenças sejam elas quais forem.

Após feita a análise do material de orientações do Projeto Escola sem Homofobia, e embora, ele não tenha sido implantado no sistema educacional, percebe-se a importância que teria sido seu desenvolvimento para o combate da discriminação dos sujeitos LGBTQIA+ dentro das escolas. A ausência de um programa ou projeto que atenda de forma ampla as necessidades da categoria LGBTQIA+ no campo educacional é perceptível, a falta de um programa com os mesmos objetivos do Projeto Escola sem Homofobia, impede que os sujeitos acessem uma educação de qualidade e permaneçam de forma igualitária dentro das instituições escolares.

A análise dos principais livros didáticos de sociologia que se faz presentes nas escolas pesquisadas do Cariri Ocidental da Paraíba, foi feita de maneira direcionada, voltado apenas

para a questão de gênero e sexualidade, com o intuito de perceber de que forma os alunos estão tendo acesso a essas informações no material de estudo distribuído pelo Estado.

Também é importante perceber se esses livros trazem de maneira satisfatória e real a representatividade da categoria LGBTQIA+ no campo social, não obrigatoriamente trazendo todas siglas e subcategorias existentes dentro delas, mas, mostrando e afirmando que não existe padronização binária quando se fala de sexualidade e de gênero.

As entrevistas com os alunos da categoria LGBTQIA+ que frequentaram Escolas de ensino médio do Cariri Ocidental da Paraíba, ocorreram por aplicativo *Google meet*, devido ao processo de Pandemia do COVID19, e seguiram um roteiro pré-estruturado, para que nenhuma informação importante fosse esquecida, porém, no decorrer da conversa, outras informações secundárias foram surgindo, enriquecendo ainda mais as entrevistas, colocando questionamentos que não estavam visíveis dentro do trabalho de pesquisa.

Essas particularidades, muitas vezes são ligas a violência e ao preconceitos, e na maioria dos casos, são naturalizadas dentro dos ambientes escolares por colegas, professores, direção escolar e até mesmo pela categoria LGBTQIA+, que também passa a ver a homofobia e outros tipos de negação de direitos com fato normal e que estará presente durante todo seu percurso escolar e sua vida social, interiorizando esse tipo de violência. E concluindo, que ao invés de combater-la é preciso aprender a aceitar-la e conviver com ela.

Os resultados desse trabalho apontaram para uma cenário nada animador para a categoria LGBTQIA+, dentro das escolas públicas do Cariri Ocidental paraibano, porém nada que não possa ser resolvido em médio e longo prazo.

Essa pesquisa deparou-se com escolas que apresentam um corpo de profissionais sem qualificação, para acolher essa categoria de forma correta e assertiva, sem provocar constrangimento ou algum tipo de violência, seja de qual forma for, também foi detectado a presença efetiva de uma cultura binária e heteronormativa na condução dessas instituições de ensino, que invisibiliza e coloca os sujeitos LGBTQIA+ em situação de dominação pela cultura sexista dominante.

Ficou comprovado a falta de credibilidade da escolar diante a categoria LGBTQIA+, na formas de apoio no combate a violência contra os sujeitos que não comungam com a cultura heteronormativa, a escola não é vista como aliada nessa causa, mas como um instituição disciplinadora e a serviço de uma estrutura machista, patriarcal dominante.

O ensino de sociologia por profissionais que não tem formação na área também vem ser um peso a mais na luta por ocupação e permanência da categoria LGBTQIA+ nesses espaços educacionais, a ausência de profissionais da área de ciências sociais enfraquecesse a causa e a luta desses sujeitos, eles vem a disciplina de sociologia como uma arma a seu favor, que pode emancipar e falar de forma direta e com propriedade para todo público sobre quem é esse público e quais seus direitos, sem ter suas colocações questionadas.

A resolutiva das questões levantadas por esse trabalho de pesquisa, são simples e complexas de serem resolvidas, basta um conscientização da população sobre as questões de gênero e orientação sexual, usando a escola como epicentro desse movimento, transformando as instituições em pontos de acolhimento e de apoio a categoria LGBTQIA+, com profissionais qualificados e engajados na causa, através de projetos pedagógicos voltados para o combate da discriminação e todos os tipos de violência, tratando a homofobia não com um probleminha ou como uma coisa inventada por um determinado grupo, mas como uma violência que fere a dignidade humana e deve ser erradicada do meio social.

Os resultados foram reveladores, basicamente mostrando uma escola dentro de outra escola, revelaram uma visão realista e cruel, de quem vivencia diariamente o desprezo, a humilhação e a invisibilidade dentro de um ambiente que deveria ser sinônimo de proteção, multiplicação e seguridade de direitos, sejam eles voltados para a educação, ou outros campos da sociedade civil. Mostrando duas rotinas diferentes dos mesmos alunos, que convivem na mesma escola, no mesmo horário, assistem às mesmas aulas e têm os mesmos professores.

## REFERÊNCIAS

- BOUDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. 9ª edição, 2007.
- BRASIL, **Caderno de orientação do projeto escola sem homofobia**,2009.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais, Orientação sexual**.
- BRASIL, **Projeto lei 5003/2001**, Sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação**.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição, 2002.
- LANZ, Leticia, **O corpo da roupa, uma introdução à os estudos ttransgênero**. 2ª edição, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes, **O corpo educado, pedagogias da sexualidade**. 4ª edição, Autêntica 2021.
- NUNES, Lauro Victor. **Por uma Educação que Reconheça a Diferença LGBT**.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade, uma introdução às teorias do currículo**.
- SIMEL, Gorge. **As grandes cidades e a vida do espirito**. 2009.
- VALLE, Ione Ribeiro. **O lugar da educação (escolar), na sociologia de Pierre Bourdieu**. 2013

## APÊNDICE

Modelo do roteiro semiestruturado da entrevista com os alunos egressos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CÂMPUS DE SUMÉ-PB

### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EGRESSOS PARA O TRABALHO DE PESQUISA

#### 1-Perfil do(a) entrevistado(a)

- 1-Nome/ idade/ profissão ou formação/, qual sua ocupação atual e renda mensal?  
2-Em que cidade mora? / como é sua moradia? (Própria, alugada, etc.) / com quem você mora?  
/ estado civil?

#### 2-Memórias da vida escolar

- 3-De uma maneira geral, como você descreveria a sua experiência escolar? Você pode me falar um pouco mais sobre isso?  
4-Qual é o seu grau de instrução?  
✓ Caso não tenha terminado o ensino básico, pergunte por que parou de estudar  
✓ Caso tenha terminado o ensino básico, pergunte se mudou de escola durante o ensino fundamental ou durante o ensino médio. Se a resposta for positiva, pergunte como foi a mudança (o que implica em a pessoa dizer por que mudou e como se sentiu ao mudar)  
5-Depois de terminar o ensino médio, você seguiu seus estudos? O que te motivou a continuar estudando?  
6-Em algum momento você chegou a pensar que a escola não era pra você?  
(se a pessoa der uma resposta rápida, peça que fale mais sobre isso)  
7-Considerando o ensino médio, descreva pra mim como era a tua rotina na escola.  
✓ Em que lugares você costumava passar mais tempo nos intervalos entre as aulas?

- ✓ Nesses momentos fora da sala, geralmente você ficava sozinho(a) ou acompanhado(a)?
- 8-Você considerava fácil fazer amizade na escola? como era sua relação com os colegas da escola e sua turma?

### **3-Memórias da atuação dos adultos na escola**

- 9--Como você se relacionava com os professores?
- 10- E a direção da escola, como era a relação com os alunos?
- 11--E os outros funcionários da escola, como era o contato entre os alunos e eles?

### **4-Memórias das aulas e do ensino de sociologia**

12-Você gostava de estudar?

(Se a pessoa não detalhar, peça pra explicar por que)

- ✓ Você tem lembrança de alguma vez que aulas ou atividades da escola abordaram temas que te interessavam pessoalmente?
- ✓ Você teve aulas de sociologia? Como foi?
- ✓ Você acha que as aulas de sociologia tinham relação com a tua vida?

### **5-Memórias das interações**

13-Como era o convívio entre as pessoas na tua turma? Todo mundo se entendia ou havia algum tipo de estranhamento?

(Perceba que talvez a pessoa já tenha falado isso logo no início. Se for o caso, você pula essa questão.)

- ✓ Era assim na escola toda ou você acha que era uma coisa mais da sua sala?

14- Você sabe se na sua escola acontecia bullying?

(Certamente a pessoa sabe o que é. Se não souber, aí você fala que são perseguições sistemáticas com violência física ou psicológica contra determinadas pessoas) as pessoas interviram de alguma forma? como?

15- Você soube de alguma atitude de professores, funcionários ou direção da escola contra o bullying?

16-Você ficou sabendo se a pessoa que praticou a violência/piadinha/brincadeira, sofreu alguma punição da escola? e como essa punição?

17- Após a punição sofrida a pessoa mudou seu comportamento em relação ao grupo ou pessoa que sofreu a violência?

18- A pessoa ou grupo que sofreu essa violência, teve alguma mudança de comportamento em relação à escola e seus colegas?

19- Você acha que isso teve impacto sobre os seus estudos? por quê?

(Se a pessoa tiver falado pouco sobre isso)

✓ Você acha que havia homofobia na sua escola?

(Se ela já tiver falado sobre:)

✓ Você acha que a sua vida escolar poderia ter sido diferente se não houvesse homofobia?